

PALÁCIO BARRIGA VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXI

FLORIANÓPOLIS, 12 DE JUNHO DE 2012

NÚMERO 6.424

**MESA**

Gelson Merisio  
**PRESIDENTE**

Moacir Sopelsa  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Nilson Gonçalves  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Jailson Lima  
**1º SECRETÁRIO**

Reno Caramori  
**2º SECRETÁRIO**

Antonio Aguiar  
**3º SECRETÁRIO**

Ana Paula Lima  
**4ª SECRETÁRIA**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Edison Andrino

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Manoel Mota

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**  
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL**  
Líder: Ângela Albino

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Sargento Amauri Soares

**COMISSÕES PERMANENTES**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente  
Adilor Guglielmi - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Serafim Venzon  
José Nei Alberton Ascari  
Dirceu Dresch  
Volnei Morastoni  
Plínio de Castro  
Edison Andrino

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E  
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente  
Manoel Mota - Vice-Presidente  
Angela Albino  
Jean Kuhlmann  
Mauro de Nadal  
Pe. Pedro Baldissera  
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E  
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente  
Adilor Guglielmi  
Altair Guidi  
José Milton Scheffer  
Darci de Matos  
Aldo Schneider  
Manoel Mota

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E  
POLÍTICA RURAL**

Manoel Mota - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Narcizo Parisotto  
Mauro de Nadal  
Dirceu Dresch  
Adilor Guglielmi  
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,  
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO  
PÚBLICO**

Elizeu Mattos - Presidente  
Plínio de Castro - Vice-Presidente  
Altair Guidi  
Jorge Teixeira  
Angela Albino  
Manoel Mota  
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE DEFESA DOS  
DIREITOS DA PESSOA COM  
DEFICIÊNCIA**

José Nei Alberton Ascari - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Dado Cherem  
Luciane Carminatti  
Dirce Heiderscheidt  
Carlos Chiodini  
Angela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Gilmar Knaesel  
Sargento Amauri Soares  
Valmir Comin  
Manoel Mota  
Luciane Carminatti  
Neodi Saretta  
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Gilmar Knaesel - Presidente  
Sargento Amauri Soares - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Marcos Vieira  
Maurício Eskudlark  
Dirce Heiderscheidt  
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente  
Angela Albino - Vice-Presidente  
Jorge Teixeira  
Carlos Chiodini  
Edison Andrino  
Dirceu Dresch  
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO  
AMBIENTE**

Neodi Saretta - Presidente  
Altair Guidi - Vice-Presidente  
Gilmar Knaesel  
Valmir Comin  
Jorge Teixeira  
Edison Andrino  
Dirce Heiderscheidt

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO  
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Pe. Pedro Baldissera  
Narcizo Parisotto  
Dieter Janssen  
Elizeu Mattos  
Carlos Chiodini  
Gilmar Knaesel  
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DIREITOS E  
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE  
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Luciane Carminatti - Presidente  
Ismael dos Santos - Vice-Presidente  
Dirce Heiderscheidt  
Dado Cherem  
Angela Albino  
Plínio de Castro  
Romildo Titon

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA  
E DESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Dieter Janssen  
Ismael dos Santos  
Mauro de Nadal  
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO  
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO  
MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Jorge Teixeira  
Elizeu Mattos  
Edison Andrino  
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**

Angela Albino - Presidente  
Manoel Mota - Vice-Presidente  
Plínio de Castro  
José Nei Alberton Ascari  
Romildo Titon  
Pe. Pedro Baldissera  
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Volnei Morastoni - Presidente  
Carlos Chiodini - Vice-Presidente  
Serafim Venzon  
Valmir Comin  
Dieter Janssen  
Sargento Amauri Soares  
Mauro de Nadal

**COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL**

Kennedy Nunes - Presidente  
Aldo Schneider - Vice-Presidente  
Manoel Mota  
Dirceu Dresch  
Angela Albino  
Maurício Eskudlark  
Dado Cherem

|   |   |  |
|---|---|--|
| <p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b><br/>Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição.<br/>Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b><br/>Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.<br/>Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b><br/>Responsável pela impressão.<br/>Coordenador: Claudir José Martins</p> | <p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b><br/><b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b><br/><b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b><br/><b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b><br/><b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXI</b><br/><b>NESTA EDIÇÃO: 20 PÁGINAS</b><br/><b>TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</b></p> | <p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Atos da Mesa</b><br/>Ato da Presidência DL .....2<br/>Atos da Mesa DL .....2</p> <p><b>Publicações Diversas</b><br/>Audiências Públicas.....3<br/>Ata de Comissão Permanente.....<br/>.....15<br/>Ofícios .....15<br/>Projetos de Lei .....17</p> |
|---|---|--|

## ATOS DA MESA

### ATO DA PRESIDÊNCIA DL

#### ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 023-DL, de 2012

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso II, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Altair Guidi, por um período de sessenta dias, a contar de 12 de junho do corrente ano, para tratamento de saúde.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 12 de junho de 2012

Deputado Gelson Merisio

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATOS DA MESA DL

#### ATO DA MESA Nº 033-DL, de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Paulo Roberto Tesserolli França, 7º Suplente da Coligação DEM, PMDB, PSDB, PTB, PTC, PSL, PRP e PSC, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento do Deputado Jean Kuhlmann, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 12 de junho de 2012

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Jailson Lima - 1º Secretário

Deputado Reno Caramori - 2º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 034-DL, de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Valter José Gallina, 8º Suplente da Coligação DEM, PMDB, PSDB, PTB, PTC, PSL, PRP e PSC, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 7º Suplente, em decorrência do afastamento do Deputado Jean Kuhlmann, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 12 de junho de 2012

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Jailson Lima - 1º Secretário

Deputado Reno Caramori - 2º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 035-DL, de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Sandro Daumiro da Silva, 1º Suplente do Partido Popular Socialista - PPS, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento do Deputado Altair Guidi, para tratamento de saúde.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 12 de junho de 2012

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Jailson Lima - 1º Secretário

Deputado Reno Caramori - 2º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

# PUBLICAÇÕES DIVERSAS

## AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

### **ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER A DESATIVAÇÃO E O DESTINO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSORA OTÍLIA CRUZ, REALIZADA NO DIA 23 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19H, NA RUA PROFESSORA OTÍLIA CRUZ, Nº 482, NO BAIRRO COLONINHA, EM FLORIANÓPOLIS**

Aos 23 dias do mês de agosto de 2011, às 19h, nas dependências da Escola de Educação Básica Professora Otília Cruz, realizou-se audiência pública da Comissão de Legislação Participativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc) com o objetivo de debater a desativação e o destino dessa escola. Nos termos do Regimento Interno, a **Deputada Estadual Angela Albino, Presidente da Comissão de Legislação Participativa** e proponente da audiência pública, iniciou a reunião com a finalidade de debater com o governo, com instituições públicas e com a sociedade civil organizada a desativação da Escola de Educação Básica Professora Otília Cruz e o destino da sua estrutura. Em seguida, chamou para compor a mesa as seguintes pessoas: Deputado Estadual Sargento Amauri Soares; Pedro Roberto Abel, diretor de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração; Flávio Bernardes, diretor-geral da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, representando o Secretário de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, Renato Hinnig; Vereador Ricardo Camargo Vieira, representando a Câmara Municipal de Florianópolis; Ana Paula Trivisani, representando a OAB Cidadã de Florianópolis; Francisco Carlos Posich, presidente da Associação de Moradores do bairro Coloninha; Tânia Maria Ramos, vice-presidente da Associação de Moradores do bairro Coloninha e coordenadora dos projetos sociais do bairro, e Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, Secretário Municipal da Educação de Florianópolis. Ato contínuo, a senhora Presidente registrou a presença de Derli Francisco, representando a LBV do bairro Estreito; Ricardo Vidal Camargo, presidente do Instituto Nimbus de Tecnologia Social (Intecs); Hamilton Manoel Vargas, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas da Grande Florianópolis; Lélia Gamba, diretora do Colégio Criativo; Rodolfo Antônio Silva, secretário da Associação dos Moradores da Coloninha; Márcio Roberto Fortes, representando o Sindicato dos Trabalhadores da Saúde e Previdência no Serviço Público Federal (Sindprev); Orlando Tomaz, vice-presidente do PDT de Florianópolis e morador do bairro Coloninha; Jair Batista Ramos, representando o Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera; José Marcelo Büchele, ato representando o Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis e Região (Sinergia); Cinthia Fonseca Pereira, representando o SindSaúde; Alci Rogério do Amaral, representando o padre Flávio Feller, pároco e administrador da Paróquia Santo Antônio e Santa Maria Goretti, da Coloninha; Claudia Lopes Costa, presidente da Associação Beneficente Cultural Gente da Gente; Antônio Camilo dos Santos, diácono da comunidade da Coloninha; Flávio Souza, presidente da Associação Comunitária Amigos do Continente; Ari do Nascimento, presidente da Associação dos Moradores do Estreito (AME); Paulo Davi Johann, representando o MST do Estado de Santa Catarina; Lino Peres, professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, do Centro Tecnológico da UFSC, e suplente de Vereador da Câmara Municipal de Florianópolis; Reginaldo Gertrudes, do Instituto Nimbus de Tecnologia Social (Intecs) e membro da Associação de Moradores da Coloninha; Sônia Fernandes, da Secretaria Municipal da Educação; e Simone Leite, da Secretaria Municipal da Educação. Na sequência, desejeu boas-vindas a todos e agradeceu aos funcionários do seu gabinete, aos servidores da Assembleia e às pessoas da comunidade da Coloninha, em especial ao Chico, à Tânia e ao Gão, pelo empenho em realizar esta audiência. A seguir, explicou que o objetivo da audiência é desenvolver a história da escola; falou que desde criança teve a Escola Otília Cruz como referência; contou que estudou na Escola Estadual Básica Rosa Torres de Miranda; lembrou que a Escola de Educação Básica Professora Otília Cruz fazia parte da história do Continente, salientando que esta escola fica encravada numa comunidade que durante muito tempo ficou relegada do comparecimento do poder público; e avaliou que a escola é um dos poucos equipamentos públicos que a comunidade dispõe, haja vista que na região não tem praça, ginásio e espaço público para lazer. Dito isso, avaliou que o lugar é cheio de significado, que tem a participação da comunidade, que há possibilidade do exercício de cidadania, o qual se fazia muito presente, e que a comunidade teve sua representação enfraquecida nos anos em que a matrícula dos alunos foi impedida de ser realizada e também nos anos em que sobreviveu quando se dizia que a escola iria fechar porque não havia criança matriculada. Ante o exposto, registrou que gostaria que a escola continuasse sendo um espaço de cidadania, com salas de aula, com sua grande função de abrir uma porta para o futuro das crianças, lembrando que se elas não andarem pelos corredores do colégio

vão andar pelas ruas e afirmando que manter a escola em funcionamento é o desejo de todos os presentes e que o objetivo da audiência pública é congrega esforços para manter as salas de aula abertas. Posto isso, disse que se deseja ouvir o que se poderá fazer a partir desta reunião e, oportunamente, observou que essa audiência ocorre no âmbito da Comissão de Legislação Participativa, que é onde cidadãos e cidadãs podem ter presença ainda mais forte no Parlamento catarinense. Ato contínuo, destacou a presença de vários dirigentes e militantes do MST, que estão na Capital para a sua jornada de lutas e que também foram à reunião para se solidarizar com o pleito da comunidade. Em seguida, aproveitando o espírito de juntar esforços a fim de se manter a escola para a comunidade, explicou que franquearia a palavra a todos os representantes, iniciando pelo **Deputado Estadual Sargento Amauri Soares**, que cumprimentou todos os componentes da mesa, as lideranças políticas e os representantes das entidades presentes, em especial o MST, que está em jornada de luta na Capital, avaliando que tudo que interessa ao povo trabalhador interessa também ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que tem dado exemplo de solidariedade e dignidade ao vir das regiões mais longínquas, em situações provavelmente precárias, e participar dessa audiência. Na sequência, citou que a senhora Adriana tem participado da coordenação desse movimento no Continente em defesa de alguns direitos elementares, como, no caso, o da educação, da resistência da comunidade contra a política de Estado que tinha por objetivo desativar essa escola e transformá-la num centro de triagem, num presídio. Nesse sentido, observou que faltava, entre tantas coisas, sensibilidade para não se fazer uma proposta com envergadura de retrocesso e disse que é Policial Militar, mas considera que pegar uma escola e transformá-la num presídio, de fato, não é atitude simpática no coração de uma comunidade que precisa de muito investimento em educação infantil, de adolescentes e de adultos. Prosseguindo com sua manifestação, comentou que educação não é somente através da educação formal, de uma creche devidamente registrada na Secretaria de Estado da Educação, mas também através da educação que se faz pela organização comunitária, pela participação da comunidade em eventos e nas mais diversas atividades. Feito esse registro, lembrou que essa proposta de educação foi colocada pela Sociedade Recreativa Cultural Unidos da Coloninha, escola de samba do bairro, que merecia aplausos porque estava participando do movimento; contou que num sábado ele e a escola de samba caminharam pelas ruas do Estreito em defesa do Hospital Florianópolis público, 100% SUS, aberto à comunidade, e não entregue a uma Organização Social; e disse que se identificava com o movimento da comunidade, colocando seu mandato totalmente à disposição naquilo que fosse necessário. Dando seguimento a sua exposição, comentou que hoje a direção do SindSaúde informou-lhe sobre os recursos que o governo pretende investir na área da saúde no Plano Plurianual, que vai ser debatido no segundo semestre deste ano na Assembleia Legislativa. A seguir, contou que o governo investirá quase o dobro de recurso em oito estabelecimentos de saúde do Estado de Santa Catarina, que são geridos por Organização Social (OS), por grupo privado, em relação ao recurso que vai investir nas dezesseis instituições hospitalares públicas, porém, destacou que era necessário ver e trabalhar esses números e que a informação recebida é que não está incluído nesse montante o salário dos servidores, nem para os oito estabelecimentos nem para os hospitais públicos, no caso o Hospital Infantil, o Hospital Celso Ramos, o Hospital Regional de São José. Posto isso, comentou que recursos públicos estão sendo usados para tentar convencer a sociedade de que o sistema privado é melhor do que o público, avaliando que o Estado está financiando sua própria falência, investindo proporcionalmente menos em serviço essencialmente público e dando dinheiro para grupos privados administrarem estruturas que são construídas com dinheiro público, mas que vão ser administradas com recurso privado, sem concurso, sem licitação. Em seguida, manifestou que era necessário continuar debatendo esse movimento de resistência, de luta e de avanço. Ato contínuo, pediu aos representantes do Poder Executivo estadual que observassem essas questões levantadas na audiência e que levassem a posição da comunidade diretamente ao Governador e aos Secretários, avaliando que a comunidade está informada e sabe que quer uma instituição pública para estar a serviço da comunidade, da população da região e do Estado, sem nenhuma cobrança, sem nenhum privilégio e, de preferência, sem nenhum apadrinhamento político, e sim pela força, pela vontade de democracia e da participação da comunidade. Finalizando, parabenizou todos pela contribuição para a construção deste evento e por participarem do movimento. Na sequência, fez uso da palavra o **Vereador Ricardo Camargo Vieira, representando a Câmara Municipal de Florianópolis**, que inicialmente saudou todas as autoridades da mesa, em especial o Chico e a Tânia por representarem todos os companheiros. A seguir, registrou que o Deputado Estadual Sargento Amauri Soares falou muito bem quando disse que os companheiros têm construído a pauta do movimento social, principalmente do Continente. Dito isso, contou que, através de um requerimento aprovado na Câmara Municipal de

Florianópolis, conseguiu-se transformar esta audiência pública numa reunião ampliada da Comissão de Legislação Social, avaliando que este espaço era muito importante por ter a Câmara ao lado da Assembleia Legislativa cumprindo o seu papel, e acrescentou que as estruturas do Estado, as estruturas Legislativas, sejam um braço para a luta e representação fiel daquilo que a comunidade, que a sociedade gostaria que tivesse sendo feito e levado à frente em termos de organização da sociedade e de seus serviços. Também registrou que fala em nome de um grupo de pessoas extremamente esforçadas no sentido de levar a vontade da comunidade do Estreito, do Continente e da Grande Florianópolis adiante, pois também é servidor público estadual e médico do Hospital Florianópolis, que está se esvaindo à vontade do governo do Estado, que a despeito das diversas manifestações do povo da cidade e da região acaba deixando o Hospital numa situação em que nenhum cidadão teria coragem de defender a instituição, avaliando que o Hospital Florianópolis é reflexo de como se faz uma escolha política e reflete a forma como aquele espaço estava organizado. [Taquígrafa-revisora: Ana Rita Moriconi de Souza.] Corroborando com o que falou a Deputada Angela Albino, disse que a Escola Otília Cruz tem um histórico de serviços prestados à comunidade que não pode ser relegado a outro caminho que não o educacional e que outro destino não foi dado à escola em função da mobilização da comunidade, citando como exemplo de organização a realização desta audiência pública, que estava sendo feita em conjunto com a Assembleia Legislativa. A seguir, afirmou que a comunidade articulada e com voz conseguiria construir o que deseja no espaço da Escola Otília Cruz, que era a manutenção da sua estrutura educacional em benefício da própria comunidade, podendo se dar por meio de acordo com o Estado ou com o Município. Dito isso, observou que via colegas na plenária que não sabia se estavam representando oficialmente a Secretaria Municipal da Educação, mas que desempenhavam um trabalho valoroso na estrutura municipal, e que acreditava que poderiam contribuir como cidadãos e colegas servidoras municipais (já que também era servidor municipal) no sentido de se entender que o espaço Otília Cruz se constitui em serviço essencial para a população de Florianópolis. Ao concluir, destacou que a Câmara de Vereadores era parceira na luta pela manutenção da estrutura educacional da Escola Otília Cruz voltada à comunidade do Continente e agradeceu pela oportunidade de poder externar o posicionamento da Câmara de Vereadores de Florianópolis, pedindo desculpas por não ter mais Vereadores presentes e explicando que naquele momento estava acontecendo a sessão ordinária da Câmara, razão pela qual também deveria se retirar em seguida. Ato contínuo, fez uso da palavra a **doutora Ana Paula Trivisani, representando a OAB Cidadã, de Florianópolis**, que cumprimentou os presentes, parabenizando-os por estarem participando daquela audiência numa noite fria e chuvosa; disse que era gratificante ver a escola lotada de pessoas pedindo que seus direitos, dispostos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, fossem reconhecidos; e citou que o artigo 227 da Constituição Federal diz que a família, a sociedade e o Poder Público são corresponsáveis pela educação das crianças e dos adolescentes, salientando que, além de se estar na audiência lutando pelos direitos, estava-se cumprindo o papel de família, de sociedade e de cidadão na reunião. Dito isso, ressaltou que na qualidade de advogada representando a OAB Cidadã estava presente para colocar a entidade à disposição de todos a fim de que os direitos de cada um fossem efetivados, lamentando o fato de crianças e adolescentes estarem necessitando de educação com qualidade, e acrescentou que por trabalhar diariamente no Judiciário pode constatar a grande quantidade de processos judiciais para que crianças tenham acesso à creche e para que adolescentes tenham assegurado o direito de ir à escola, tendo em vista que a Constituição Federal também diz que é direito da criança e do adolescente ter escola próxima a sua residência, fato que anteriormente acontecia com aquela comunidade do Estreito, mas que atualmente os pais se viam obrigados a deslocar os seus filhos para um local mais longe a fim de assegurar o direito à educação. Ato contínuo, lembrou que o atual Governador, durante a campanha eleitoral, dizia que as três prioridades do seu governo seriam segurança, saúde e educação, e disse que a comunidade estava presente rogando aos Deputados e aos Vereadores, que foram eleitos através do voto para representá-los, que fizessem valer os direitos da comunidade, que lamentavelmente estavam sendo violados. Ao finalizar deixou registrada uma frase que a fez refletir muito, retirada de um livro sobre criança e adolescente: "Quando desaparece a educação, o que resta é a desesperança.", e reafirmou que a OAB Cidadã era uma aliada de todos, estimulando-os a seguirem em frente porque a luta seria vitoriosa. Retomando a palavra, a senhora **Presidente, Deputada Estadual Angela Albino**, disse que, embora não tivessem sido registradas como autoridades, constavam da lista de presença as senhoras Sônia Fernandes e Simone Leite, da Secretaria Municipal da Educação de Florianópolis, e, como a Secretaria havia sido convidada, fazia questão de mencioná-las como autoridades presentes, acreditando que auxiliariam no debate daquela noite. Na sequência, passou a palavra à senhora Tânia Maria Ramos para uma explanação sobre os projetos desenvolvidos naquela escola e disse que logo após as palavras da oradora seriam mostradas algumas imagens sobre os trabalhos feitos, a fim de que as autoridades pudessem entender a extensão dos projetos ali desenvolvidos. A **senhora Tânia Maria Ramos, vice-presidente da Associação de Moradores do Bairro Coloninha e**

**coordenadora dos projetos sociais do bairro**, disse que era com orgulho e satisfação que a comunidade da Coloninha recebia todos; agradeceu às pessoas que direta e indiretamente ajudaram a que a audiência pudesse acontecer e, dirigindo-se especialmente à comunidade da Coloninha, agradeceu pelo empenho de todos; e disse que a luta estava sendo travada porque a comunidade sempre foi muito atuante. Dito isso, registrou que a Escola Otília Cruz tinha 53 anos de vida e que 95% da comunidade havia estudado lá, assim como ela, que teve a sua primeira formação na escola, e fez um pequeno relato de como a problemática da Escola Otília Cruz havia começado. Afirmou que a escola nunca havia recebido investimentos para que as crianças pudessem lá permanecer e que eram ações propositais, sobre as quais não teria tempo de discorrer naquela audiência, registrando que em 2008 a Associação de Moradores começou a investigar por que as crianças não estavam fazendo mais a matrícula no Otília Cruz, tendo sido constatado que os alunos simplesmente haviam sido avisados que teriam que procurar outras escolas para estudar porque aquele prédio não seria mais escola. Depois disso, informou que procuraram os órgãos competentes pedindo explicações e mostrando a demanda existente na comunidade, mas não foram ouvidos, iniciando naquele momento a luta da comunidade contra a intenção das autoridades em relação ao prédio, que conforme já havia sido colocado, era para instalar o São Lucas II, feminino, um reformatório para menores infratores do sexo feminino, conforme dito pelo próprio Secretário da Segurança na época. Relatou que a comunidade não aceitou outra destinação ao prédio e se mobilizou, ocupando o espaço e desenvolvendo projetos sociais nas suas dependências, sendo por isso chamada de invasora, porque diziam que a escola era do governo do Estado e a comunidade tinha que sair de lá, mas foi respondido que antes de a escola ser do governo do Estado ali existia uma comunidade que havia votado naquele governo e que por isso a escola era da comunidade, advertindo que não se deixaria nada acontecer que não fosse para a área da educação. Para que as pessoas tivessem uma ideia geral, também relatou que os treze projetos desenvolvidos eram abertos à comunidade, que a escola não tinha vigia, que os livros da biblioteca haviam sido doados pela comunidade, com os quais as crianças faziam pesquisas, mesmo não tendo computadores ligados à Internet, e que as mães participavam das aulas de costura para aprender a costurar. Concluindo, afirmou que quando as pessoas querem, elas conseguem, e ressaltou que o governo não faz porque não quer, mas que a comunidade tinha condições de fazer. Em seguida, fez uso da palavra o **senhor Reginaldo Gertrudes, do Instituto Nimbus de Tecnologia Social e da Associação de Bairro dos Moradores da Coloninha**, que agradeceu a todos pela presença e disse que apresentaria algumas fotos, através de PowerPoint, dos projetos desenvolvidos na escola, para que todos pudessem visualizar e entender melhor o que se estava falando em termos de projeto. Explicou que o projeto contava com a participação da Associação dos Moradores do Bairro da Coloninha e do Instituto Nimbus de Tecnologia Social e que se chamava Programa Social da Comunidade/Projeto Social na Coloninha, através do qual eram atendidas 150 crianças e 30 pessoas da "melhor" idade, e não terceira idade, que faziam cursos de aplicação. Posto isso, citou os projetos que atualmente estavam em andamento, como dança de salão, realizado nas segundas-feiras; axé mirim, que de vez em quando faz eventos para a comunidade e que também trabalha a inserção de crianças com deficiência; axé de adolescentes; bateria mirim, que fez uma passeata também lutando pelo Hospital Florianópolis; aula de violão; capoeira; futebol, que tem o apoio da FIA e da Unidos da Coloninha, através do qual a garotada aprende a compartilhar o espaço e a dar valor ao próximo; curso de reciclagem; reforço escolar; artes aplicadas; e corte e costura. A respeito dos projetos em desenvolvimento, citou a aula de teatro; o jiu-jitsu, cujos tatames eram feitos dentro da escola com borracha de pneu reciclável e lona; e a computação, efetivado através da doação de trinta computadores pela Caixa Econômica Federal à escola. Em relação aos projetos profissionalizantes, disse que as empresas que querem investir dependem de definição clara do espaço, e citou o centro de condicionamento de computador, que atualmente só tem em Porto Alegre, para atender setenta crianças da comunidade que vão aprender a dar manutenção em computadores e a fazer a parte de logística e a de reciclagem de material; outro projeto é o de energia sustentável, em parceria com a Celesc, para desenvolver um trabalho de sustentabilidade energética, além do de eletricidade básica e do de ar-condicionado, já que os antigos não têm destino correto, prejudicando também a camada de ozônio. Referindo-se à conservação do prédio, disse que muitos queriam a Escola Otília Cruz por ela ser bem cuidada, enquanto outros colégios tinham sido apedrejados, pichados, mas que isso se devia ao trabalho da comunidade. Dito isso, mostrou várias fotos de pessoas da comunidade fazendo reparações no telhado, trocando registro, pintando paredes, e salientou que no entorno do colégio não existia pichação justamente porque a comunidade cuidava com muito carinho do espaço. Encerrando, registrou que o projeto social existia, não era invenção, e que a comunidade estava unida para dar continuidade aos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos. [Taquígrafa-revisora: Siomara G. Videira.] Em seguida, a **senhora Presidente, Deputada Estadual Angela Albino**, registrou a presença do senhor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, Secretário Municipal da Educação, convidando-o a participar da mesa de trabalhos, e passou a palavra para o **senhor Francisco Carlos Posich (Chico), presidente da Associação de Moradores do Bairro**

**Coloninha**, que saudou todos e falou da revolta que existe em todo o Estado com relação à educação. Observou que a divisão de renda e o direito à moradia, à escola, à segurança, à saúde e à educação sempre foram uma utopia do povo e dos movimentos sociais, complementando que sempre coloca a educação em primeiro lugar porque é justamente através dela que se baixa todas as estatísticas de violência e os índices de doenças. Em contrapartida, adiantou que a atual utopia dos movimentos sociais é impedir que colégios sejam fechados e suplicar a reabertura dos que já o foram. Em seguida, comentou que o Otilia Cruz, quando iniciou as suas atividades, não tinha ensino fundamental e foi galgando etapas ao longo dos anos até chegar à condição de colégio estadual com ensino fundamental, contando que em função de interesses escusos pretende-se fazer do espaço uma cadeia ou um reformatório para menores infratores, indo na contramão da educação. Como encaminhamento, sugeriu a municipalização da Escola de Educação Básica Professora Otilia Cruz, numa tentativa de se salvar o espaço para no futuro o Município poder assumir o ensino fundamental, conforme determinação do governo federal, e também pediu que todos os projetos do Município sejam mantidos, citando, entre eles, o da construção do ginásio. Na sequência, mencionou ter lido, no dia anterior, artigo no jornal segundo o qual o antigo Secretário da Saúde do Estado encaminhou projeto propondo revisão na lei que trata do exílio político, pretendendo que seja feito um plebiscito para rever essa situação. Ao final, acrescentou que seria bem mais interessante se ele tivesse enviado um projeto para que qualquer administrador público que tivesse a ousadia de fechar uma escola ou provocar sua evasão com o objetivo de fechá-la fosse condenado à prisão perpétua. Fazendo uso da palavra, o **senhor Flávio Bernardes, diretor-geral da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, representando o senhor Renato Hinnig, Secretário de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis**, cumprimentou as autoridades, os representantes de entidades e os demais presentes, e informou que estava presenciando uma das maiores audiências públicas de que teve oportunidade de participar nos últimos dois anos. Disse que quando o Governador Raimundo Colombo assumiu o governo, e em seguida nomeou seus Secretários, determinou que saúde, segurança pública e educação seriam prioridades em sua gestão, tendo pedido, na ocasião, que os Secretários Regionais fizessem um levantamento de todas as escolas do Estado de Santa Catarina. A seguir, comunicou que foram encontradas mais de 1.500 escolas, todas enfrentando diversos problemas, e assinalou que, ao saber que a Escola Professora Otilia Cruz estava ociosa e ocupada por pessoas da comunidade, o Governador pediu que o Secretário Renato Hinnig se esforçasse para solucionar o problema, sendo que, desde então, ele não mediu esforços para fazer com que a escola continuasse atendendo o ensino fundamental. Dito isso, avisou que, infelizmente, o Secretário Hinnig não pôde se fazer presente à audiência devido a compromissos anteriormente assumidos, tendo pedido que fosse passada a informação de que em nenhum momento o Governador ou o Secretário titubearam em deixar a escola para a comunidade. Assim sendo, acrescentou que, a pedido também da Prefeitura de Florianópolis, o Secretário Renato Hinnig e o Governador Raimundo Colombo estavam passando a Escola Professora Otilia Cruz para a Prefeitura do Município, através de cessão de uso, estando isso já definido no papel. Após aplausos, encerrou afirmando que todos os papéis já estavam na Secretaria da Administração e que o senhor Pedro Roberto Abel, diretor de Gestão Patrimonial, faria em seguida as explicações legais necessárias. Prosseguindo com a audiência, a **senhora Presidente, Deputada Estadual Angela Albino**, comentou que a notícia tinha sido tão boa que, certamente, nem todos a haviam compreendido. Dessa forma, deixou claro que o representante do Secretário havia acabado de dizer que parte do pedido da comunidade, que era municipalizar a escola, já estava sendo atendido, na medida em que está sendo construído um projeto de lei para o espaço ser definitivamente da comunidade, por meio da Prefeitura de Florianópolis, declarando que isso já era uma vitória, sendo aplaudida. Ainda avisou que o senhor Flávio Bernardes também lhe disse que a finalidade educacional da escola será mantida e que não será permitido que a Prefeitura utilize o espaço para qualquer outra função. Ato contínuo, passou a palavra ao **senhor Pedro Roberto Abel, diretor de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração**, que saudou os presentes, especialmente o senhor Aurélio, que por diversas vezes esteve na Secretaria da Administração cobrando a solução do problema. Na sequência, comunicou que no ano anterior tramitou na Secretaria da Administração um projeto, a pedido do Secretário Municipal da Educação, para que o Estado transferisse ao Município a Escola Professora Otilia Cruz, explicando que, como 2010 foi ano eleitoral e a legislação proíbe qualquer tipo de transferência de patrimônio nesse período, não foi possível dar seguimento ao projeto. Dito isso, contou que, após a transição de governo, retomaram o projeto em março de 2011 e, atualmente, o processo encontra-se na Diretoria de Patrimônio da Secretaria da Administração, setor que tem por função fazer a gestão de todo o patrimônio do Estado, e esclareceu que nenhum patrimônio público pode ter sua propriedade transferida aleatoriamente, sendo necessário discutir com a sociedade a sua destinação, complementando que, como a escola encontra-se desativada e trata-se de um pleito do Município, já existe encaminhamento favorável a que o patrimônio seja transferido para a administração municipal. Por fim, falou que o projeto de lei encontra-se em fase final de elaboração, adiantando ser

bastante provável que na semana seguinte já esteja nas mãos do Governador para ser instruído e enviado, posteriormente, à Assembleia Legislativa para análise e votação. Na sequência, fez uso da palavra o **senhor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, Secretário Municipal da Educação de Florianópolis**, que cumprimentou todos e pediu desculpas por ter chegado atrasado à audiência. Assinalou que a educação é prioridade absoluta e responsabilidade de todos, esclarecendo que o Estado tem também o dever de prestar a educação fundamental, não podendo transferir todas as escolas para os Municípios, mas explicando que toda a educação infantil foi passada para os Municípios. [Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato.] Sobre o número de vagas, avaliou que Florianópolis está numa condição melhor do que a maioria das cidades brasileiras, expondo que atende 39% das crianças de zero a três anos e 93% das crianças de quatro a cinco anos, mas também tem limitações nesse sentido, mesmo sendo uma obrigação estabelecida pela Constituição. Dirigindo-se aos Deputados, comentou sobre municipalização, observando que o Município conseguiu barrar um projeto do governo do Estado por não atender os seus interesses, visto o grande número de obrigações para uma arrecadação de 13%, enquanto a União conta com quase 65% e os Estados com mais de 20%. A seguir, explicou que o ensino fundamental é compartilhado, sendo obrigação do Estado manter o Colégio Otilia Cruz, ressaltando que sem Reforma Tributária não haverá possibilidade de o Município de Florianópolis assumir toda a rede de ensino fundamental, até porque teria que achatar salários e colocar um grande número de alunos numa mesma sala de aula, e esclarecendo que o custo com a educação infantil é maior que o custo com o ensino fundamental, visto que cada sala de aula tem de ter dois profissionais para, no máximo, 25 crianças, sem contar as refeições, que são quatro por dia. Posto isso, contou que no ano anterior a Câmara Municipal fez uma audiência pública para debater o assunto em tela, ocasião em que foram colocadas as condições do Município para atender a educação infantil, ficando definido que seria encaminhado à Alesc imediatamente, o que não ocorreu em virtude das eleições. Em seguida, externou sua preocupação em relação ao caso, registrando que em reunião em Lages o Conselho Estadual de Educação, juntamente com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncmce), abordou a corresponsabilidade, o regime de colaboração entre Estado e Municípios, e revelando que até o momento presente não sabia que o Colégio seria passado para o Município, indagando em que condições. Prosseguindo sua explanação, citou o caso da Escola Celso Ramos, que foi cedida ao Município apenas por dez anos, opinando que a transferência deveria ser definitiva, porque quando se fala em corresponsabilidade fala-se exatamente em transferência. Mostrando fotos que revelam as condições precárias da Escola Celso Ramos, contou que em janeiro o Secretário de Estado chamou-o para se discutir o assunto e que agora recebeu o contrato para assinar. A seguir, revelou que nunca tinha visto contrato tão rigoroso, dando como exemplo que a quadra de esportes só poderá ser utilizada pela educação infantil, caso contrário o Estado retomará o prédio. Continuando, reclamou que o projeto demorou mais de seis meses para ficar pronto e agora o Estado quer dar o mesmo prazo ao Município para ocupar integralmente o Colégio, senão será retomado, ocasião em que garantiu que isso não é regime de compartilhamento, e esclareceu que municipalização de uso significa transferência, portanto, deve ficar permanentemente para a educação. Dito isso, manifestou seu desejo de que houvesse uma negociação do Estado com o Município no sentido de resolver a transferência, oportunidade em que perguntou se será definitivamente ou por apenas dez anos. Ainda contou que na oportunidade informou ao Deputado Sargento Amauri Soares, Relator do projeto, que o Município não queria a transferência por apenas dez anos e sim definitivamente, mas que, infelizmente, a Alesc foi mais rápida e aprovou os dez anos, exatamente da maneira que o governo tinha encaminhado. Posto isso, registrou que as cinco creches que foram prometidas já estão sendo recuperadas, mesmo sem os R\$ 7 milhões que foram prometidos e até hoje não foram pagos, e ressaltou que o Município tem um custo muito elevado com a educação infantil, contando que passou de 7.700 crianças para 10.700, bem como que em período integral eram 30% de crianças e hoje são 68%, das sete horas da manhã às sete horas da noite. Ato contínuo, declarou que não é PhD em educação, mas em municipalização acha que sim, pois entende que se é regime compartilhado, de colaboração, todos têm de se unir para encontrar a melhor solução. Na sequência, parabenizou a comunidade pelo trabalho que fez, porque se a escola não fosse utilizada certamente estaria em situação pior que a Celso Ramos, e observou que dentro da política educacional é preciso olhar as necessidades, visto que a região conta com quatrocentas crianças que desde cedo precisam ser cuidadas, educadas e alimentadas. Também revelou que o Prefeito Dário Berger lhe disse da sua preocupação, tendo em vista que hoje já são investidos em educação 30% do orçamento de Florianópolis, dos recursos próprios de Florianópolis. Dito isso, apelou à Alesc e ao governo do Estado empenho no sentido de resolver a situação das duas escolas, a exemplo do que foi feito com a Silveira de Souza, que foi transferida só com um ofício do Secretário da Educação, complementado que já foram feitas algumas reformas, não uma reforma definitiva, o que só será feito quando do advento de uma lei transferindo-a definitivamente, assim como deve ser com as cinco creches, que até hoje não têm lei de transferência, diferentemente do que afirmou o Governador

Raimundo Colombo na época das eleições. Finalizando, disse que as lideranças comunitárias querem que o Município assuma a educação infantil, e por isso a importância de uma boa negociação com o Estado para ver como poderá ser feita essa transição. Retomando a palavra, a **senhora Presidente, Deputada Estadual Angela Albino**, passou à ouvida da plenária, concedendo inicialmente a palavra ao **professor Lino Fernando Bragança Peres, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, do Centro Tecnológico da UFSC, e suplente de Vereador de Florianópolis**, que saudou os presentes e divulgou que precisava se ausentar em função da organização do segundo encontro promovido pelas associações de moradores e pelos movimentos sociais para discutir o projeto político da cidade, o plano diretor, nos dias 8, 9 e 10 de setembro, do qual pretendem tirar uma pauta de reivindicações, inclusive no que diz respeito à educação, para encaminhar à Prefeitura, acrescentando que finalmente, depois de três anos de luta, Prefeitura e movimentos sociais estarão reunidos para discutir a reconstrução do núcleo gestor do plano diretor participativo. Ato contínuo, registrou que as lideranças comunitárias locais solicitaram à Universidade Federal, mais precisamente ao seu departamento, que desenvolvesse um projeto, visto que a ideia, além de requalificar o espaço para a educação, é projetar o ginásio para atividades comunitárias culturais e de lazer, assim como se fez em outras comunidades. Por fim, disse que as portas da Universidade estavam abertas para fazerem esse trabalho em conjunto. Continuando a audiência, a **senhora Presidente, Deputada Estadual Angela Albino**, disse que a audiência pública trouxe um saldo positivo, houve um progresso, qual seja, a escola fica para o Município e a Universidade se dispõe a fazer o projeto do ginásio. Em seguida, passou a palavra ao **senhor Edio Fernandes, presidente da Associação Amigos do Estreito**, que cumprimentou os membros da mesa e a comunidade da Coloninha e disse que os governos do Estado e do Município não podem deixar de apoiar o projeto do Colégio Otília Cruz. Voltando-se à Deputada, disse da sua preocupação com a falta de sintonia entre o Estado e do Município em relação à cessão da Escola, se por um prazo de dez anos ou definitivamente, avaliando que se continuarem agindo em desacordo ficarão na mesma situação das Polícias Civil e Militar. Posto isso, perguntou se o Secretário Rodolfo Pinto da Luz receberá uma escola com condições de seguir em frente, destacando que essa será uma batalha principalmente da Tânia e do Chico, com a vigília de todos os envolvidos. Finalizando, pediu a atenção do governo do Estado em relação às condições físicas dos colégios do Continente, destacando o Colégio Aderbal Ramos da Silva, único colégio de segundo grau no Estreito, que contava com 1.550 alunos e hoje conta com aproximadamente setecentos. Por sua vez, a **senhora Tânia Maria Ramos, vice-presidente da Associação de Moradores do Bairro Coloninha e coordenadora dos projetos sociais do bairro**, manifestou seu respeito aos representantes dos governos do Estado e do Município, mas deixou claro que estava indignada com a situação por que passa a educação. Externou que em época de eleição todos dizem que educação, saúde e segurança pública são prioridades, perguntando por que, se o Governador e o Prefeito já sabiam do problema, ficam nesse impasse agora e dizendo que se o Município e o governo do Estado não conseguem se entender é a comunidade que sofre. Dito isso, declarou que a questão de como ficará a escola, se o dinheiro será ou não devolvido, é um assunto que terá de ser discutido na Alesc, destacando que a prioridade são as crianças, que não podem ficar sem aula. Voltando-se aos representantes do governo estadual e do governo municipal, informou que a comunidade quer participar das negociações e perguntou o que será das crianças, computando um déficit de 150, enquanto o Secretário afirmou que são quatrocentas crianças. Também perguntou como ficará o ensino fundamental, onde as crianças vão estudar, antecedendo que daqui a quatro ou cinco anos haverá outra briga [Taquígrafa-revisora: *Dulcinéia Maria Goulart.*], pois não haverá ensino fundamental. Encerrando, disse que todos deveriam começar a pensar no futuro, pois eram seus filhos, seus netos e as crianças da comunidade e das comunidades vizinhas que não teriam onde estudar, e que estaria acompanhando tanto o trabalho do governo municipal quanto o do governo estadual, esperando que as autoridades políticas atendessem aos anseios da comunidade. Em seguida, o **Deputado Estadual Sargento Amauri Soares**, lembrou que o Secretário Rodolfo havia comentado sobre a questão do Colégio Celso Ramos, trazendo um "fantasma" a mais à audiência pública, e disse que Alesc queria comprar este colégio do Governo do Estado para construir suas instalações, trazendo constrangimento à Assembleia Legislativa. Segundo o Parlamentar, as comunidades se mobilizaram e aquela situação havia sido revertida, porém aquele sentimento, dentro de algumas pessoas da Alesc, havia sido mantido. Continuando, afirmou que o projeto possui problemas técnicos, assim como falta de documentos, citando que era necessário mobilização no sentido de se fazer o debate com a comunidade e as autoridades municipais e estaduais a fim de se encontrar a melhor opção para se fazer aquilo. Ainda, disse que era contra a municipalização, e que na Alesc lutava nesse sentido, do ensino escolar fundamental, lembrando que através de lutas esse projeto havia sido reprovado. Por fim, registrou que a municipalização da Escola Otília Cruz, exigida pela comunidade, era uma situação pontual e específica, não sendo esta uma bandeira do movimento popular, e afirmou que a questão deveria ser discutida com o Governo e com a comunidade, já vislumbrando os projetos educacionais a serem implantados no futuro. Ato contínuo, fez uso da palavra o **senhor Gilmar Salgado dos Santos**, que

salientou a luta da comunidade por manter a qualidade da educação na Escola Otília Cruz, assim como a luta pela reabertura do Hospital Florianópolis, fechado há dois anos, que o Governo queria privatizar, excluindo os mais pobres do sistema de Saúde, afirmando que deveriam ser construídas mais escolas e mais hospitais, e não destruí-los, pois o Estado e o País necessitam de mais investimentos nas áreas da educação e saúde. Na sequência, registrou que conhecia a Coloninha, salientando a importância do Colégio Otília Cruz, que chegou a ter mais de mil alunos em três turnos, e enfatizando que a escola não havia sido fechada por acaso, mas por uma política do Governo do Estado que estava priorizando a municipalização da educação de Santa Catarina. Posto isso, disse que aquilo era um abandono do ensino, afirmando que a municipalização era a porta de entrada para um processo de privatização do ensino público; lembrou que o Magistério e o Sinte eram contrários à privatização do ensino, reivindicando 10% do PIB, da riqueza do Brasil à educação; e registrou que os professores eram maltratados. A seguir, afirmou ser muito importante a mobilização da população, pois sem ela a referida escola já estaria fora dos planos do Governo, e pediu a todos que exigissem do Estado, do Município e da União o cumprimento dos seus papéis, garantindo serviços públicos de qualidade à população. Ao final, reiterou o pedido de que o Governo garantisse os 10% do PIB à educação, pois o Brasil é o 93º lugar no *ranking* da educação mundial e esta situação deveria ser revertida, porque educação de qualidade é direito de todos e sem ela não é possível a Nação evoluir como sociedade. Na sequência, o **senhor Paulo Davi Johann, representante do MST do Estado de Santa Catarina**, disse que apoiava a luta da comunidade pela ampliação do conceito de educação, pois este deveria ir além das salas de aula, além das escolas, porque educação era algo muito amplo, englobando as várias dimensões do ser humano. A seguir, afirmou que o Colégio Otília Cruz estava tendo aquela visão de educação, pedindo que o Poder Público reconhecesse o direito da comunidade de lutar por uma educação de melhor qualidade e de maior amplitude. Dito isso, contou que nos assentamentos, na área da educação no campo, o MST de Santa Catarina possuía em torno de setenta escolas, mas que nos últimos cinco anos o Governo havia fechado cerca de quarenta escolas que funcionavam nos assentamentos - mais de 20 mil em nível de Brasil. Também afirmou haver necessidade de a educação ser repensada no Estado, estando em primeiro lugar não somente no discurso, mas na prática, porque discursos, na visão do sociólogo Paulo Freire, não passavam de blá-blá-blá. Na sequência, comentou que no Município de Água Doce fazia anos que a comunidade possuía um projeto de construção de escola em uma área de assentamento, mas que até aquele momento nada havia sido construído. Encerrando, lembrou que em Blumenau a comunidade estava lutando pela federalização da Furb, que estava praticamente falida, pedindo que as autoridades e o público lutassem por esta causa, e disse que comunidade estava pedindo que a UFSC incorporasse para si aquela universidade, a fim de que os alunos de Blumenau tivessem uma universidade pública com educação de qualidade. Prosseguindo a audiência, manifestou-se o **senhor Flávio Souza, presidente da Associação Comunitária Amigos do Continente**, que sugeriu um tema para encaminhamento: que a questão dos colégios do Continente, como o Colégio Otília Cruz, fosse discutida em amplitude regional, pois havia outros casos, pedindo que aquela discussão fosse possível também com o Município. Em seguida comentou o caso do Colégio Aníbal Nunes Pires, que no momento contava com 800 alunos, mas que no passado teve três mil alunos, dizendo que a densidade demográfica e as atividades comerciais do Continente haviam crescido mas que hospitais e escolas vinham sendo fechadas, afirmando que isso demonstrava que algo estava errado. Dito isso, perguntou o que faltava aos colégios, respondendo que faltavam atrativos, lembrando que antigamente os colégios forneciam cursos técnicos, como de Administração de Empresa e de Contabilidade, mas que hoje estavam abandonados, sem atrativos. Também afirmou que existiam poucas áreas públicas voltadas ao esporte, dizendo que o ginásio Capoeirão, que antes ficava aberto ao público, hoje não permite esse tipo de acesso, pois está cedido à Cimed, empresa privada que está ocupando um espaço que antes era da comunidade; e registrou que o que é público é do povo e não poderia ser privatizado, afirmando que a população estava perdendo espaços públicos para interesses privados. Comentando sobre questões que o Governo havia colocado anteriormente, a respeito de saúde, educação e segurança, alertou para a questão eleitoral lembrando que a ex-Secretária da Saúde Carmen Zanotto havia sido eleita Deputada Federal, que o ex-Secretário da Educação Paulo Bauer havia sido eleito Senador da República e que o ex-Secretário da Segurança Pública Ronaldo Benedit havia sido eleito Deputado Federal. Por fim, afirmou que se estes indivíduos ainda continuavam na política era graças ao povo que votava neles, pedindo a todos que não deixassem que políticos incompetentes continuassem decidindo o futuro de Santa Catarina. Em seguida, a **senhora Claudia Lopes Costa, presidente da Associação Beneficente Cultural Gente da Gente**, afirmou ter participado de audiência pública no passado na qual foi feita a mesma proposta, mas que nada havia sido realizado, e comentou que no momento o Governador era outro, o senhor Raimundo Colombo, que havia prometido mudanças nas áreas fundamentais do Governo, como Saúde, Educação e Segurança, pedindo que o governo respeitasse o desejo da comunidade. A seguir, afirmou que o Município não tinha capacidade de tomar conta de nenhuma escola, pois não arrecadava para isso, sendo do

Estado essa atribuição, e pediu que o mesmo desse condições à escola de continuar a prestar seus valorosos serviços à comunidade. Ato contínuo, solicitou ao Estado que repassasse os R\$ 7 milhões que devia ao Município, pois esse dinheiro estava fazendo falta ao Município. Finalizando, disse que a situação do Colégio Otília Cruz se arrastava há anos, o mesmo ocorrendo com o Hospital Florianópolis, e que esperava que o Governador resolvesse aquela situação, pois ganhou a eleição abraçando a bandeira do Estado e deveria tomar as devidas providências. Dando seguimento à audiência, foi passada a palavra ao **senhor Reginaldo Gertrudes, do Instituto Nimbus de Tecnologia Social (Intecs) e membro da Associação de Moradores da Coloninha**, que disse que um dos grandes desafios encontrados pela comunidade era provocar a discussão disso e compartilhar com o Estado e o Município propostas que atendessem às necessidades da comunidade, pois era muito discutida em Santa Catarina a questão dos cursos profissionalizantes, perguntando qual tipo curso profissionalizante era oferecido pelo Estado e pelo Município e afirmando que não existia nenhum. A seguir, lembrou que existiam projetos propondo que esses cursos fossem oferecidos à população, afirmando que a comunidade tinha condições de construir um futuro diferente e melhor; propôs que população construísse um modelo integrando Estado, Município e comunidade, oferecendo cursos profissionalizantes que capacitariam os alunos a exercerem uma profissão; disse que os empresários que vêm de fora reclamam da falta de mão de obra disponível na região mas não investem na formação de novos profissionais, pois o Estado trata muito bem as empresas privadas mas não investe na formação de novos trabalhadores qualificados; e afirmou que, se houvessem cursos profissionalizantes, haveria funcionários qualificados, aptos a servirem tanto às empresas privadas quanto à comunidade. Encerrando, propôs, tanto ao Município quanto ao Estado, que [Taquígrafo-revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos] estes deixassem a comunidade participar da reunião apresentando propostas que fizessem os governantes entenderem o que a comunidade era capaz de fazer e o que ela queria em termos de propostas de cursos profissionalizantes voltados à comunidade. A seguir, a palavra foi concedida ao **senhor Aurélio Carlos Souza, diretor da Associação dos Moradores do Estreito (AME)**, que disse que estão unidos com a comunidade da Coloninha e do Continente porque essa é a área deles e que eles têm que valorizar os projetos que são feitos. Afirmou que os problemas que estão enfrentando são muitos e que o grande problema é a falta de projetos do governo, dizendo ter certeza que se o governo estadual fizesse um projeto e uma modificação que fosse atrativa para os jovens e crianças isso mudaria. E registrou que espera que a partir desta audiência pública seja tomada uma posição definitiva, porque eles estão cansados de esperar pelo governo, afirmando que o governo tem que estar presente, que foi eleito pelo povo e que tem que dar a contrapartida. Na sequência, o **senhor Ari Nascimento, presidente da Associação dos Moradores do Estreito (AME)**, afirmou que a Associação entrou nessa luta em prol da Escola Básica Professora Otília Cruz e já está na luta também pelo Hospital Florianópolis; registrou que eles estão sendo deixados de lado, não estão sendo respeitados e que em época de eleição o político aparece muito, mas que depois das eleições desaparece; e disse que a população precisa de solução para os problemas que vêm surgindo no dia a dia. Dito isso, deixou claro que isso não é problema do povo, da população, da comunidade, é problema do político, porque ele ganha o voto de confiança e, então, tem o dever de dar a resposta que todos precisam; e falou que está na hora de se resolver essa situação, porque no ano que vem tem mais eleição, alertando que tem que se votar certo para não se arrepende depois. Por fim, afirmou que todos precisam de saúde, segurança pública e educação, contando que o Colégio Aderbal Ramos da Silva está numa situação deplorável e convidando as autoridades para fazerem uma visita ao local, porque está uma vergonha. Continuando a audiência pública, a palavra foi passada ao **senhor Hamilton Vargas, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Gráfica de Florianópolis**, que saudou todos os presentes e disse que espera que esse momento sirva de exemplo para todos os eventos que o povo deseja que aconteça em favor de toda a comunidade. Posto isso, registrou que é necessária muita sensibilidade por parte do governo do Estado e das autoridades para que os eventos aconteçam e todos possam discutir juntos e buscar resultados positivos, fazendo com que a comunidade tenha mais experiência, mais cultura, mais educação e mais saúde, e tenha uma resposta objetiva dos representantes políticos. Acrescentou esperar que a força da comunidade seja ampliada para todos os setores do governo, do Município, e que se sinta que é uma coisa muito simples poder organizar e finalizar algum trabalho. Quanto aos projetos do governo do Estado, comentou que quando chegam num certo ponto gastam o dinheiro, investem, organizam, mas não concluem. Finalizando, avaliou que os membros desta comissão que foi projetada para discutir os problemas da Escola Otília Cruz e do Hospital Florianópolis têm certeza de que chegarão a um final positivo e disse acreditar fielmente que todos os anseios serão alcançados porque todos querem. Retomando a palavra, a **senhora Presidente** passou a condução dos trabalhos ao **Deputado Estadual Sargento Amauri Soares**, que concedeu a palavra ao **senhor Saul Henrique, morador da comunidade**, que contou que faz parte da história da escola porque nasceu na comunidade há 43 anos, estudou e formou-se na referida instituição e faz parte do trabalho da comunidade. Expôs que no ano passado foi feito o Projeto Mestre-Sala e Porta-Bandeira Mirim, com dez

casais da comunidade que gostavam muito de participar, mas que neste ano não aconteceu ensaio por falta de apoio. Em seguida, afirmou que a escola não pode fechar, tanto que no ano passado conquistou o prêmio de escola-modelo do Estado, mas constatou que a escola está fechando aos poucos porque os alunos foram para o Colégio Estadual Irineu Bornhausen, pois foram iludidos, porém, hoje pode ser vista a realidade, o sofrimento da comunidade. Reiterou que no ano passado os candidatos foram à sua casa pedir voto e até hoje não deram resposta do pedido, argumentando que o político é candidato para pedir seu voto e depois para ouvir o seu apelo. Contou que sempre votou nessa escola e que no ano passado foi votar no Colégio Irineu Bornhausen, indagando por que votar em outra comunidade se há escola na comunidade deles. Encerrando, apelou a todos para que dêem apoio à Tânia participando, fazendo-se presente nas manifestações para poder cobrar a resposta dos políticos, e disse que a escola vai continuar. Ato contínuo, a palavra foi passada ao **senhor Orlando Tomaz, vice-presidente do PDT de Florianópolis e morador do bairro Coloninha**, que contou que ele foi uma das primeiras pessoas a chegar para a audiência pública e disse que estava doente mas veio porque era importante participar, frisando que esse é o espírito da audiência. Em seguida, o **senhor Orlando Tomaz** registrou que está representando a comunidade e também o seu partido, o PDT, que foi o primeiro partido a aderir à educação neste País e que criou, através do ex-Governador Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, o modelo para ser desenvolvido em todo o País, que foram os Cieps, falando do desejo de que fossem criados Cieps em Santa Catarina e em todo o Brasil. Como filho de professora e como morador há 34 anos dessa comunidade, pediu mais respeito com a comunidade, porque não tem no Estreito uma outra área pública para amanhã ou daqui a dez anos ter outra escola, nem municipal nem estadual. Afirmou que o local foi esvaziado pelo ex-Governador que hoje está no Senado não sabe fazendo o quê, registrou que não se precisa desse tipo de político, mas que, como já foi dito, foram eleitos vários políticos e que se vai precisar do trabalho deles, sim, para que se possa defender no futuro alguém da comunidade que estará preso por isso, e disse que fez uma proposta na reunião anterior para que fosse feita uma trincheira a fim de impedir o Bope de prender alguém. Posto isso, registrou que confia no Secretário desde 1987, quando este era Reitor da UFSC e ele era diretor da Fucadesc, lembrando que naquela época foi criado o primeiro laboratório que resultou no desenvolvimento que tem hoje o cultivo da ostra e do marisco, e pediu que o Secretário levasse, por meio da audiência pública, ao Prefeito Dário Berger a solicitação com o mesmo espírito que levou naquela vez aquele projeto, afirmando que todos ajudarão nisso e cobrarão o resultado. Ao final, lembrou que esta escola foi eleita pelo projeto Amigo da Comunidade, da Rede Globo, e acabou nisso, por ato de um Governador irresponsável. Em seguida, a palavra foi concedida à **senhora Lúcia Helena da Silva, moradora da comunidade há 42 anos**, que disse que os seus filhos estudaram nesta escola, que foi referência até pouco tempo atrás, e que hoje estão vendo a escola fechar, considerando isso uma vergonha. Registrou que se não fosse a Associação de Moradores ter tomado conta da escola, assumindo esses projetos sociais muito importantes para as crianças, não saberia no que teria se tornado essa situação. E, como ex-servidora do Hospital Florianópolis, disse que sente muito que o Hospital Florianópolis esteja sendo fechado, ou virando uma OS. A seguir, solicitou às autoridades que pensem com carinho em toda essa situação, porque as crianças precisam estudar, lembrando que a educação está em primeiro lugar, e ressaltou que se as crianças fossem educadas, tanto na escola como na família, muita coisa seria evitada na segurança, na saúde e em todos os outros setores. Ainda, comentou que, como moradora da Coloninha, gostaria que todos pensassem com carinho nos projetos que aqui também foram apresentados, não somente transformando a escola em municipal. Encerrou agradecendo à Associação de Moradores, em nome da Tânia e do Chico, pela iniciativa de pegarem junto com a comunidade, pois estão batalhando nisso e tornando possível para todos. Na sequência, a palavra foi passada à **senhora Glória Heloisa Simão**, que disse que faz parte da comunidade da Coloninha com muito orgulho porque foi criada ali e estudou nesta escola, considerando-a seu segundo lar. Na sequência, afirmou que gostaria muito que esse projeto fosse feito pela Tânia, pelo Chico e pelo Reginaldo, que todas as quartas-feiras se reúnem para lutar pelo Hospital Florianópolis, o qual há quinze dias salvou sua vida, salientando que se o referido hospital estivesse fechado ela não estaria presente na audiência. Dito isso, pediu que os projetos não ficassem simplesmente jogados de brincadeira, porque a educação não pode ser levada de brincadeira. Continuando, ressaltou que a educação começa quando os filhos nascem, no berço, e que a escola é o complemento da educação, considerando que não é fechando escolas, como a Otília Cruz, o Colégio Aderbal Ramos da Silva, mais tarde o Colégio Irineu Bornhausen e tantas outras escolas, como estão fechando em Biguaçu, que o problema vai ser resolvido. Posto isso, perguntou o que se vai fazer; se se vai jogar essas crianças na rua; quantos policiais, quantos carcereiros terão que ser contratados; e se terão que construir casas com grades, tijolos e tudo mais, porque a prioridade da vida está sendo jogada no lixo, ou seja, a educação. Também disse que se tiver educação se terá saúde e uma comunidade, um Município, um Estado, um País e Governadores melhores, pois se se tem condições de estudar em colégio particular ou em escola pública se deveria dar muito mais valor à educação, ao projeto, ao trabalho e ao esforço de um

pai que educa o seu filho em casa, que o manda para a escola e que não quer que seu filho volte para casa porque há greve de professores. Dando seguimento à sua explanação, contou que a sua filha tem 18 anos e estuda Pedagogia na UFSC e que deseja que todas as crianças façam parte de uma educação, de uma civilização, de um povo que sabe respeitar, que sabe valorizar o que se chama educação no País. Encerrando, apelou às autoridades que não olhassem para os demais presentes como um bando de coitados, mas como pessoas que querem crescer, estudar, levar este País para frente e ser reconhecidas lá fora como um grande Brasil e não aquele Brasil de índios, de negros ou de um monte de mulheres bonitas. [Taquígrafa-revisora: Ione T. R. de Melo.] Ato contínuo, fez uso da palavra o **senhor Valdemar Moraes Júnior**, que ao saudar os presentes disse estranhar a ausência do Governador Raimundo Colombo e do Prefeito Dário Berger, avaliando que a eleição para esses senhores não acabou, está apenas começando, e que no próximo pleito lembrarão desta audiência. Em seguida, observou que a educação, tanto nos colégios municipais como estaduais, já está falida este ano e que mesmo que esse projeto saia até dezembro será implantado apenas no próximo ano, destacando que as creches precisam funcionar para que as mães possam trabalhar. Entristecido, apontou as crianças encolhidas de frio na plenária e chamou-as de guerreiras, dizendo-lhes que a responsabilidade, a culpa de estarem ali não era de seus pais e familiares, mas do Governo do País, do Estado e da Cidade. Finalizou dizendo estar certo de que Deus está presenciando os esforços daqueles que estão presentes em prol da comunidade. Em seguida, a palavra foi concedida ao **senhor Jair Batista Ramos, representante do Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera**, que cumprimentou a todos, destacadamente a comunidade, pela persistência na luta contra isso. Em nome do Deputado Pedro, comprometeu-se a somar esforços, juntamente com a Deputada Angela Albino e o Deputado Sargento Amauri Soares, no sentido de aprovar o projeto, garantindo esse espaço para a comunidade. Por fim, afirmou que o Deputado Padre Pedro votará favorável a que os projetos iniciados continuem sendo públicos. Prosseguindo, a palavra foi concedida ao **senhor João Luiz de Oliveira (Gão), da Associação de Moradores da Ponta do Leal**, que atuou imensamente para que a audiência acontecesse e que reafirmou todas as qualificadas falas que o antecederam, parafraseou Che Guevara dizendo que um povo sem educação não tem consciência política. Fazendo encaminhamento, apresentou a proposta de análise do atual orçamento do Município e a inclusão no Orçamento de 2012 da construção do ginásio, possibilitando a continuidade do trabalho social, profissionalizante e ocupacional. Agradecendo imensamente pela presença ao MST, parabenizou-o pela luta e, de igual forma, à Deputada Angela e ao Deputado Sargento Amauri. Finalizou conclamando a união de todos para concretizar os objetivos da comunidade. Retomando a palavra, a **senhora Presidente, Deputada Estadual Angela Albino**, elencou os encaminhamentos registrados até o momento: 1) que a comunidade possa participar da minuta da lei com a Prefeitura Municipal e com o Governo do Estado; 2) que seja garantida a manutenção dos projetos sociais; 3) que a comissão se empenhe para que 10% do PIB vá para educação; 4) que haja a federalização da Furb; 5) que se inclua no Orçamento de Santa Catarina o ginásio; 6) que a comissão formalize um pedido para que parte dos móveis e equipamentos que estão sendo trocados na Alesc sejam doados à escola. Ato contínuo, submeteu os encaminhamentos à plenária, obtendo concordância unânime como resposta. Ainda, sugeriu que após a audiência possam ter uma reunião de trabalho da Associação com os representantes do Estado e do Município para tratarem como ficará o uso desse espaço até que as ações se concretizem. Prosseguindo a audiência, foi concedida a palavra à **senhora Tânia Maria Ramos, vice-presidente da Associação de Moradores do Bairro Coloninha e coordenadora dos projetos sociais do bairro**, que reafirmou que a Associação vai participar com a Alesc, com o Governo do Estado e com o Município de todos os projetos relacionados à Escola Otília Cruz. A seguir, reforçando as palavras da senhora Tânia, o **senhor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, Secretário Municipal da Educação de Florianópolis**, pontuou a importância de uma comissão para discutir o futuro da escola e as condições compartilhadas entre o Estado e o Município para tratar disso. Em seguida, foi concedida a palavra ao **senhor Gilmar Salgado dos Santos** que destacou a importância dessa comissão e acrescentou o encaminhamento de que, tendo em vista a eminente situação de fechamento de diversos colégios do Município, propôs que essa audiência pública se manifestasse contrária ao fechamento de qualquer colégio do Estado de Santa Catarina, exigindo sua reabertura imediata. Ato contínuo, a **senhora Presidente, Deputada Estadual Angela Albino**, frente à intensa salva de palmas, acatou o acolhimento unânime do encaminhamento. Em seguida, disse que gostaria de lembrar, já que estavam na Escola Otília Cruz, que o Colégio Antonieta de Barros foi fechado - colégios que homenageiam duas das poucas mulheres registradas nos livros de história, sendo uma delas a mulher que faz aniversário agora, no dia 30 de agosto, que é Anita Garibaldi, pontuando que esta ensinou a todos aquilo que se está ensinando em Florianópolis, ou seja, que se faz a história, a história não está feita. Dito isso, observou que vivenciam esse grande ensinamento na caminhada, desejando que ele nunca se apague de suas memórias. Como último registro, comentou que a Assembleia Legislativa tem sido alvo de críticas nos últimos dias, muitas com grande justiça, porém pediu que não se misture o joio com o trigo, ressaltando que durante esses meses que está

na Alesc tem visto muitos servidores dedicados e pedindo aos servidores presentes que levantassem a mão para receberem uma salva de palmas, o que ocorreu. Finalizando sua intervenção, parabenizou aqueles que fazem a história, àqueles que constroem o que é público. Dando continuidade à audiência, a palavra foi concedida ao **senhor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, Secretário Municipal da Educação de Florianópolis**, que convidou o Governador do Estado e os senhores Deputados para sexta-feira, às 11h, irem à Escola Celso Ramos com o intuito de reverem aquela questão. Ato contínuo, a **senhora Presidente, Deputada Estadual Angela Albino**, concedeu a palavra ao padre Feller, para sua saudação final e uma bênção a todos. O **padre Flávio Feller, pároco e administrador da Paróquia Santo Antônio e Santa Maria Goretti, da Coloninha**, cumprimentou os presentes e parabenizou-os pela coragem de estabelecer esse diálogo aberto e de lutar por mudanças sociais. Posto isso, comunicou que há um mês veio transferido de Itapema para essa comunidade e que tem ouvido muito sobre o colégio e os projetos sociais da comunidade. Em seguida, convidou os presentes a rezarem o Pai Nosso e abençoou a comunidade pedindo força e coragem para quem está na luta e discernimento aos governantes para que suas decisões reflitam o que é melhor para o povo de Deus. Nada mais havendo a tratar, a **senhora Presidente, Deputada Estadual Angela Albino**, agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência pública. [Taquígrafa-revisora: Sandra M. Coelho.]

**DEPUTADA ESTADUAL ANGELA ALBINO**  
**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA PARA DISCUTIR A SEGURANÇA PÚBLICA NA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE FLORIANÓPOLIS, REALIZADA NO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS 18H, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA**

Aos 27 dias do mês de setembro de 2011, às 18h, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), realizou-se no Plenarinho Paulo Stuart Wright audiência pública promovida pela Comissão de Legislação Participativa da Alesc para discutir a segurança pública na região metropolitana da Grande Florianópolis. A **senhora Presidente, Deputada Estadual Angela Albino**, antes de abrir formalmente os trabalhos, propôs, visando à resolutividade da reunião, que a mesa fosse composta pela mais alta patente da Polícia Militar e da Polícia Civil ali presente e por um representante dos Conseg's, do sindicato dos frentistas, do sindicato dos donos de postos de combustíveis e da CDL, sugerindo que as falas fossem intercaladas com as da plenária e que todos tivessem o mesmo tempo para se manifestar. Recebendo a sua proposta a aquiescência de todos, aguardou o cerimonial repassar o nome das autoridades presentes. Em seguida, nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, deu início à audiência pública, convocada por requerimento de sua autoria, convidando para compor a mesa dos trabalhos o senhor Deputado Estadual Maurício Eskudlark; o senhor Deputado Estadual Jorge Teixeira; o senhor Coronel Fred Harry Schauffert, representando o Coronel Nazareno Marcineiro, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina; o senhor Nivaldo Claudino, diretor de Polícia da Grande Florianópolis; o senhor Hélio Leite, gestor de Negócios, representando a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Florianópolis; o senhor Carlos Thadeu Lima Pires, presidente da Associação Metropolitana de Conselhos Comunitários de Segurança da Grande Florianópolis (Amecon) e principal articulador para que a audiência se realizasse; o senhor Luiz Ângelo Sombrio, presidente do Sindicato de Revendedores Varejistas de Combustíveis de São José e Região (Sindicomb), representando o Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis Minerais de Florianópolis; e o senhor João Maria Agostinho, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Postos e Serviços e Venda de Combustíveis e no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo da Grande Florianópolis (Sinfren). Ato contínuo, registrou a presença das seguintes pessoas: senhor Tenente-Coronel Sílvio Gomes Ribeiro, Comandante do 21º Batalhão da Polícia Militar; senhor Marcos Pinar, diretor da Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina (Famesc); senhor Antônio Carlos Martins, diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Coletivo Urbano da Grande Florianópolis (Sintraturb); senhor Ivânio Alves da Luz, diretor da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (Ufeco); senhor Vereador Marcos Henrique da Silva, de Governador Celso Ramos; senhor Vereador Anderson Ajair Santos, Presidente da Câmara de Vereadores de Governador Celso Ramos; senhor Manoel João da Costa, vice-presidente da Associação de Praças do Estado de Santa Catarina (Aprasc); senhor Tenente-Coronel Luiz Ricardo Duarte, coordenador estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança e diretor de Segurança Cidadã da Secretaria de Estado da Segurança Pública; senhor André Luiz de Oliveira, representando o Sindicato do Comércio Varejista de Florianópolis e Região; senhor Pedro Jayme dos Santos, presidente do Conseg de Alfredo Wagner; senhor Clênio José Braganholo, presidente do Conseg da Planície do Campeche; senhor Major Gilberto Espindola, Subcomandante da Cavalaria da Polícia Militar do Município de Florianópolis; senhor Tenente-Coronel Marcelo Cardoso, Comandante do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina; senhor Bernardus Hendricus Krajnbrink, vice-presidente do Conseg Sol Poente, de Santo Antônio de Lisboa; senhor Edson Amaral (Ed Soul), coordenador-geral da Central Única das Favelas



(Cufa) em Santa Catarina; senhor Carlos Umberto Pereira, presidente do Conseg do Carianos; senhor Paulo Vitorino Silva, presidente da Associação dos Moradores e Amigos do Kobrasol (Amakobrasol); senhora Teresinha Zanella, presidente do Conseg de Campinas, Kobrasol e parte da Praia Comprida, do Município de São José; senhor Flávio Souza, presidente da Associação Comunitária Amigos do Continente; senhor Nicolau Manuel De Almeida Netto, secretário de Organização e Mobilização da União Geral dos Trabalhadores de Santa Catarina (UGT/SC); senhor Júlio Pereira Machado, Secretário Municipal da Segurança e Defesa do Cidadão de Florianópolis; e senhor Ivan da Silva Couto Junior, diretor-geral da Guarda Municipal de Florianópolis. Feito esse registro, traçou rápido panorama da situação da segurança pública em Florianópolis, através de apresentação em PowerPoint, iniciando por mostrar um mapa das ocorrências policiais por Município, onde se evidencia o destaque para Florianópolis, e citou alguns indicadores de criminalidade, quais sejam, aumento de 14,35% da taxa de criminalidade entre janeiro e agosto de 2011, numa média de 40 assaltos por dia; 939 roubos registrados em Florianópolis; e 429 presos fugiram do cárcere, sendo que 150 não foram encontrados. De forma muito sintética, também apresentou alguns dados que retratavam a situação da Polícia Militar e da Polícia Civil do Estado, dizendo que em 1999 o efetivo da Polícia Militar de Santa Catarina era de 13 mil servidores e que em 2011 esse número caiu para 11 mil; que Florianópolis, em 2010, contava com cerca de um PM para cada mil habitantes, quando o adequado, conforme a ONU, seria de um PM para cada 250 habitantes; que da baixa remuneração dos servidores e do reduzido efetivo acabam emergindo os números que foram até o momento citados; que cerca de 410 policiais militares estão lotados em órgãos públicos, número de servidores maior que o do 4º Batalhão, em Florianópolis, que é responsável pela vigilância das porções sul, leste e centro da Ilha; e que servidores responsáveis pelo patrulhamento intensivo não recebem gratificações e vantagens que os servidores lotados em órgãos públicos recebem. Em relação à Polícia Civil, registrou que 3.201 agentes compõem o quadro funcional estadual, mesmo número de vinte anos atrás, ao passo que a criminalidade aumentou cerca de 180% desde 1984; que o piso salarial é reduzido, de R\$ 781,00; e que as infraestruturas estão defasadas, incluindo comunicação de rádio e monitoramento por câmera, cujo debate esperava fosse travado na audiência. Sobre a região norte e oeste de Florianópolis, afirmou que há somente 112 servidores da Polícia Militar no norte da Ilha, com previsão de aumento de 12 homens no efetivo, sendo que Canasvieiras não possui efetivo de Batalhão (que seria de 200 servidores). A respeito do sul e do leste da Ilha, registrou que essas regiões possuem apenas 60 homens para ações internas e de rua, trabalhando com 3 viaturas, sendo que 2 estão danificadas, ressaltando que o Rio Tavares fechou a sua base de operações por falta de efetivo, que a base do Ribeirão da Ilha foi reformada e continua fechada, que Carianos não possui base instalada, que a Armação conta com apenas um policial, sem viatura apropriada, e que no Morro das Pedras havia a cessão de um imóvel, mas que foi revertido para o patrimônio da família que fez a doação em função da falta de efetivo que pudesse ocupar o posto policial. Encerrou sua apresentação citando que as operações emergenciais são utilizadas para solucionar problemas, gerando desequilíbrios regionais; que as escolas públicas estaduais são fechadas e as comunidades são prejudicadas; que os concursos públicos existentes são insuficientes; e que os salários baixos prejudicam os servidores da área da segurança pública. Na sequência, sugeriu que as manifestações tivessem um tempo de três a cinco minutos, a fim de que todos pudessem se pronunciar, alternando entre mesa e plenário, e de imediato passou a palavra ao primeiro inscrito, o **senhor André Lodygensky, diretor de Assuntos Comunitários do Conseg de Jurerê, Forte, Daniela e Ratonés e diretor do Conselho Comunitário da Daniela**, que cumprimentou os presentes e agradeceu pela oportunidade de poder, finalmente, se expressar às autoridades. Disse que na noite anterior, em um evento realizado na Daniela, tinha tido a rara oportunidade de agradecer ao Comandante do 21º Batalhão e ao Delegado da 7ª DP pelo trabalho realizado nos últimos trinta dias, e explicou que a comunidade da Daniela havia optado por uma mudança de atitude, deixando de somente criticar os únicos órgãos que têm a capacidade de fazer algo e fazendo algo que pudesse auxiliá-los. A seguir, afirmou que já se manifestou várias vezes a respeito da necessidade de aumentar o efetivo, questionou onde estava o dinheiro do setor da segurança, esclarecendo que se as autoridades não sabiam se organizar, a comunidade poderia ajudá-los, e relatou que os moradores da Daniela decidiram agir e passaram a fazer monitoramento de tudo o que acontecia lá, de quem entra no bairro, com levantamento de carros e cães para saber quem mora no bairro, por meio do lançamento do programa Vizinho Solidário e da reabertura do posto policial, que foi conseguido através da pressão, principalmente da imprensa, como o Jornal do Meio-Dia, do Hélio Costa. Prosseguindo com sua manifestação, registrou que atitudes como as tomadas pela comunidade fizeram com que em poucos dias conseguissem fazer a devida limpeza no bairro, mas deixou claro que não se pode relaxar, porque quando isso ocorre acontecem os roubos, como o que houve no último sábado na comunidade. Reforçando a posição de que a solução da segurança não está somente nos órgãos públicos, mas principalmente nas mãos da comunidade, disse que era necessário mudar de atitude e ajudar o sistema da segurança pública a trabalhar com mais eficácia, deixando de apenas criticar, e concluiu

repetindo seu questionamento sobre o dinheiro da área da segurança: qual o seu montante, onde ele está e para onde é direcionado. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta** disse estar honrada com a presença do ex-Deputado Gilson dos Santos, ex-Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, e convidou-o a integrar a mesa dos trabalhos, que agradeceu o convite e disse que preferia permanecer onde se encontrava. Na sequência, a senhora Presidenta registrou a presença das seguintes pessoas: senhor Tenente-Coronel Araújo Gomes, Comandante do 4º Batalhão da Polícia Militar de Santa Catarina; senhor Eduardo Gomes de Azevedo Filho (Pezinho), diretor de Remo, representando o Clube Náutico Riachuelo, de Florianópolis; senhor Aldonézio Ilário da Silva, presidente do Conselho Comunitário da Vila Aparecida; e senhor João Manoel do Nascimento, vice-presidente do Conselho Comunitário do Balneário Daniela. Dito isso, passou a palavra ao **senhor Deputado Estadual Maurício Eskudlark**, que saudou os membros da mesa e os demais presentes e disse que a presença maciça de lideranças e da comunidade demonstrava que o problema era muito grave e que por mais que os policiais se empenhassem, as dificuldades eram grandes, concordando com a manifestação anterior de que não se pode desestimular o policial, pois este ainda tem vontade de evitar o crime. [*Taquigrafa-revisora: Siomara G. Videira.*] Em seguida, salientou que o número de fugas no sistema prisional é absurdo e que há falta de vagas tanto nos presídios quanto nos centros de internação de menores. Prosseguindo, mencionou que como acompanha quase que diariamente os acontecimentos na Segurança um comandante de uma guarnição lhe contou que ao prender um menor este lhe perguntou se não se lembrava dele, posto que já era a quarta vez que o prendia na semana. Posto isso, desabafou que a sociedade está vivendo quase um caos pela falta de legislação mais rigorosa, menos benevolente com o marginal, até porque quando a Justiça entende que dá para mantê-lo preso não há vaga. Ato contínuo, declarou que é preciso haver mobilização no sentido de levar esse reclamo ao Governador, pois está mais do que na hora de ser criada verba específica para a Segurança, assim como acontece com a Saúde e a Educação, que têm quociente constitucional definido. Continuando, discorreu sobre a necessidade de mais monitoramento eletrônico, equipamentos e, sobretudo, concurso, haja vista que o efetivo de hoje é igual ao de 1986, 1990, quando a população e a criminalidade eram menores, momento em que avaliou que houve muito descaso ao longo dos governos em relação a contratações. Na sequência, deixou clara a necessidade de se valorizar o policial e de a Polícia Comunitária conhecer o cidadão, a exemplo do que está fazendo a Polícia Militar, que tem procurado manter a mesma guarnição na mesma região, com isso tendo condições de saber quem são os moradores, quem chega e quem sai. Reportando-se ainda à falta de vaga nos presídios, declarou que a alternativa encontrada foi tornar a lei mais benevolente, dando como exemplo a criação de uma lei que beneficia quem recebe pena de até quatro anos a respondê-la em liberdade. Terminou sua manifestação expondo que tem trinta anos de atividade policial e por isso mesmo pode dizer que a situação atual é muito grave. Em seguida, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Angela Albino**, registrou a presença do senhor Ezimar Tadeu Pereira Rodrigues, presidente da Associação dos Moradores e Amigos da Praia do Matadeiro (Amapram), e do senhor Edson Guimarães, presidente do Conseg Jurerê, Forte, Daniela e Ratonés. Feito isso, passou a palavra ao **senhor Oziel Jorcelino Leal, morador do Rio Tavares e diretor do Conselho Comunitário da Fazenda Rio Tavares**, que inicialmente saudou a Presidenta e os demais presentes e passou à leitura de um conceito de segurança pública que diz o seguinte: *“A segurança pública não pode ser tratada apenas como medidas de vigilância e repressiva, mas como um sistema integrado e otimizado, envolvendo instrumentos de prevenção, coação, justiça, defesa dos direitos, saúde e social. O processo de segurança pública se inicia pela prevenção e finda na reparação do dano, no tratamento das causas e na reinclusão na sociedade do autor do ilícito. Assim, segurança pública é um processo, ou seja, uma sequência contínua de fato ou operações que apresentam certa unidade ou que se reproduzem com certa regularidade, que compartilha uma visão focada em componentes preventivos, repressivos, judiciais, saúde e sociais. É um processo sistêmico pela necessidade da integração de um conjunto de conhecimentos e ferramentas estatais que devem interagir a mesma visão, compromissos e objetivos. Deve ser também otimizado, pois depende de decisões rápidas, medidas saneadoras e resultados imediatos. Sendo a ordem pública um estado de serenidade, apaziguamento e tranquilidade pública, em consonância com as leis, os preceitos e os costumes que regulam a convivência em sociedade, a preservação desse direito do cidadão só será amplo se o conceito de segurança pública for aplicado”*. Concluída a leitura, falou que segurança pública é um princípio da Constituição de 1998, um direito que tem que ser resguardado em todos os lugares, nas ruas, no trânsito, aproveitando a oportunidade para perguntar quem não xingou um motoqueiro uma vez que seja. No que diz respeito à saúde, disse que queria ter a segurança de chegar a um posto de saúde e ter um médico para atendê-lo, assim como receber um remédio para curar sua enfermidade. Em seguida, como encaminhamento, sugeriu que fosse feito pelos agentes de saúde um levantamento na comunidade sobre as situações de risco a que está submetida. Passando à área da educação, informou que o sul da Ilha conta com apenas duas escolas de ensino médio, o que faz com que a juventude tenha que se deslocar para o centro da cidade para disputar

vagas. Também falou sobre as creches, da enorme lista de espera enfrentada pelos pais. No que concerne aos programas de prevenção e conscientização, considerou que o Proerd faz um excelente trabalho e citou uma manifestação de estudantes que ocorreu na cidade no Dia Mundial Sem Carro, quando a polícia abordou cinquenta alunos dizendo que deveriam ir para a calçada. Fez referência, ainda, à parte social, perguntando onde tem área de lazer no sul da Ilha, opinando que os conselhos comunitários devem agir também nesse sentido. Em seguida, contou que é natural da Ilha e que nasceu numa época em que todos os vizinhos se conheciam, diferentemente do que acontece hoje, até porque o turismo traz também pessoas de má índole para a cidade. Ainda, fez outro encaminhamento, qual seja, que bandido de fora, ao ser preso na região, deve ser mandado de volta a seu lugar de origem. Encerrando, expôs que se a sociedade colocar a mão na consciência certamente verá que, de uma forma ou de outra, também contribui para o agravamento da situação, lembrando que para se ter um futuro mais tranquilo é preciso prevenir. Ato contínuo, fez uso da palavra o **senhor Deputado Estadual Jorge Teixeira**, que cumprimentou os presentes, especialmente a Deputada Angela, visto que, ao ouvir os anseios e os temores da comunidade, tomou a iniciativa de convocar a audiência pública, na realidade uma grande mesa redonda. Na sequência, constatou que o diagnóstico da realidade dos funcionários da Segurança Pública do Estado já está colocado, que agora é preciso tomar uma iniciativa, haja vista que todos estão reféns do medo. Posto isso, concordou com a manifestação do senhor Oziel, momento em que esclareceu que 2% das crianças já nascem com alguma alteração comportamental e que, acima disso, é a sociedade que produz a marginalização. A seguir, registrou que na sua cidade, Rio do Sul, foi adotado o modelo de educação em tempo integral da primeira à nona série, onde os alunos aprendem a se socializar e a ter noções de saúde, por exemplo, diminuindo consideravelmente o número de gravidezes indesejadas e de pequenos delitos. Ato contínuo, pronunciou que acredita que a melhor solução para o Estado é partir para a educação em tempo integral, solução esta de médio a longo prazos. Por fim, quanto ao momento atual, não saberia dizer qual a solução para a guerra civil instalada, mas lembrou que o tratamento é com os órgãos de repressão (Polícia Civil e Polícia Militar) e com a sociedade se ajudando, procurando saber quem é seu vizinho. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Angela Albino**, registrou a presença do senhor José da Costa e concedeu a palavra à **senhora Teresinha Zanella, Presidenta do Conseg de Campinas, Kobrasol e parte da Praia Comprida, do Município de São José**, que cumprimentou todos, especialmente os presidentes dos Consegs e os voluntários. A seguir, contou que foi convidada a ir até a coordenadoria da Polícia Comunitária para dar explicações do porquê de um *outdoor* chamando a atenção do Governador pela falta de segurança, especialmente em São José, ao que deu como exemplo aos presentes à reunião que um empresário, em menos de noventa dias, teve seus estabelecimentos comerciais assaltados por mais de quinze vezes. Posto isso, disse que tem o hábito de dizer que se por acaso durante um mês conseguir fazer um cidadão realmente entender a realidade da situação da segurança no Estado já se dá por satisfeita. Dito isso, registrou que espera resultados da presente audiência pública, pois que há menos de dois anos esteve na Alesc falando do mesmo assunto com a Deputada Angela Albino e não viu resultado positivo, ao contrário, viu apenas aumentar a criminalidade. Finalizando dizendo que a Alesc, assim como a sociedade, é responsável pelas mudanças. Na sequência, a palavra foi concedida ao **senhor Nivaldo Claudino, diretor de Polícia da Grande Florianópolis**, que saudou os presentes e disse que não poderia deixar de tecer alguns comentários a respeito da situação da segurança pública na região metropolitana da Grande Florianópolis. [*Taquiógrafa-revisora: Dulcinéia Maria Goulart.*] Dito isso, registrou que a situação não é boa e que não é por falta de projetos, de iniciativa das duas corporações, que o Governador não sabe da situação, e que as Polícias Civil e Militar apresentaram projetos de melhorias e solicitação de concurso para novos policiais. A seguir, relatou que atualmente são 3.046 policiais, dos 3.120 que existiam, e que chega perto de trinta o número de exonerações por mês porque os policiais passaram para outros concursos públicos, sendo a opção o Poder Judiciário. Ato contínuo, registrou que há uma academia para ser iniciada a qualquer momento para a admissão de mais seiscentos policiais, quantia essa exigida dentro do edital para que eles sejam formados até 2014, constando que pouco vai resolver, que é um contrassenso, porque até lá novecentos deles se aposentarão ou pedirão exoneração. Na sequência, contou que agilizaram esse assunto através de documentos para o Governador, que ele deverá autorizar pessoas já concursadas e que existe o remanescente ainda do concurso de 2008, que são 38 delegados para a Acadepol, observando que ocorreu um problema na prova dos escrivães, mas que já está sendo solucionado juridicamente. Em seguida, disse que conseguiram do Governador, a pedido do Secretário, que a academia começasse com quatrocentos novos policiais civis e que espera que até fevereiro esses policiais estejam em atividade, apesar de ainda faltar a nomeação pelo Governador, contando que o concurso já foi homologado e que tudo depende de Sua Excelência. Segundo o senhor Nivaldo, não é diferente com o que ocorre na Polícia Militar. Dito isso, relatou que tem participado de diversas atividades e reuniões e que sempre diz que o povo tem que se reunir e cobrar dos governantes uma solução de verdade para a

Polícia Civil, e não soluções paliativas; que estão cansados de ouvir balelas. A seguir, afirmou que os policiais não podem brincar de fazer segurança, que a segurança pública não é só da polícia, mas de todos. Por fim, disse que podem contar com a Corporação e que acredita que com a Polícia Militar também. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Angela Albino**, registrou a presença do Deputado Estadual Jailson Lima e do senhor Jucélio Paladini, e na sequência passou a palavra ao **Vereador Anderson Ajair dos Santos, Presidente da Câmara de Municipal de Governador Celso Ramos**, que cumprimentou todos e relatou o problema da segurança pública naquele Município. Iniciou dizendo que algum tempo atrás dormiam com portas e janelas abertas, mas que agora frequentemente sofrem vandalismos seguidos de furtos. Posto isso, perguntou se o Ministério Público foi convidado, bem como o Poder Judiciário, pois acha importante a presença desses órgãos na audiência. A seguir, contou que no Município de Governador Celso Ramos ocorreu uma prisão há cerca de um mês, que os assaltantes estão soltos e que a população suspeita que sejam os mesmos elementos que estejam cometendo os furtos atuais. Posto isso, relatou que os policiais de Governador Celso Ramos também estão desestimulados; entregou para a Presidenta da Comissão ofício relatando os problemas daquele Município nessa questão, bem como um jornal da cidade que relata todos os furtos citados; e pediu uma operação força-tarefa para Governador Celso Ramos porque acredita ser de grande importância para o Município. Ato contínuo, disse que o povo nativo daquele Município não está conseguindo admitir que na época da farrá do boi a cidade fique cheia de policiais e que o Ministério Público fique abordando e trabalhando no cumprimento da lei federal, mas que atualmente, diante de tantos roubos e furtos, não se vê uma ação eficaz da polícia, e quando isso ocorre a Justiça libera os presos. Na sequência, reforçou seu pedido para que durante quinze dias, vinte dias, façam uma força-tarefa como fizeram no Morro do Alemão, no Rio de Janeiro, e relatou que um prédio na Praia de Palmas foi assaltado e que os elementos escreveram na geladeira o número do artigo 155 do Código Penal, que trata sobre furto, e outras coisas mais, debochando dos policiais. Ao final, pediu o apoio da Polícia Militar e da Polícia Civil na questão da força-tarefa solicitada. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Angela Albino**, respondeu ao Vereador Anderson que o Ministério Público e o Poder Judiciário foram convidados para a audiência pública. Dando continuidade à audiência, passou a palavra ao **Coronel Fred Harry Schaufert, representando o Coronel Nazareno Marcineiro, Comandante-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina**, que cumprimentou todos e disse que falar de segurança pública é vibrante, mas de certa forma complexo. Em seguida, contou que ele e o Tenente-Coronel Araújo Gomes, nos idos de 1995, montaram os Conselhos de Líderes Comunitários (Clics), que hoje são os Consegs, em Joinville, e que naquela época só existia o Conselho Municipal de Segurança (Comseg), que se reunia mensalmente na sala do Colegiado da Prefeitura, do então Prefeito Luiz Henrique da Silveira. Também contou que naquela época era Capitão e já participava desse projeto que agora Florianópolis vem participando. Dito isso, relatou que é membro do Conseg 31, de Coqueiros, e que participa das reuniões como cidadão, afirmando ser esse o caminho e que os Constituintes foram felizes quando incluíram o artigo 144 da Constituição Federal, que diz que segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. Ato contínuo, concordou com o Delegado Claudino quando este disse que todos são responsáveis. Sobre a violência, disse que esta está batendo nas portas das famílias, contando que há algumas semanas três rapazes tentaram invadir sua casa, mas que seu filho conseguiu afugentá-los com gás de pimenta, e dizendo que poderia ter perdido seu filho dentro da própria casa, mas que o mesmo logrou êxito. Posto isso, afirmou que o momento atual é sim a oportunidade de unir forças. Prosseguindo sua manifestação, declarou seu contentamento porque todos os presentes têm consciência de que a Polícia Civil e a Polícia Militar estão trabalhando. Em seguida, expôs que o Sistema de Defesa Social brasileiro é composto pela Polícia Militar, pela Polícia Civil, pelo Ministério Público, pelo Poder Judiciário e pelo sistema penitenciário, que em tese deveriam ressocializar e retroalimentar a sociedade com esse cidadão já preparado para ser reinserido no contexto social, dizendo que na prática todos sabem que nada disso funciona e que quando isso não funciona só resta ir para a rua e exigir. Ato contínuo, narrou que atualmente comanda a 11ª Região da Polícia Militar, em São José, que compreende doze Municípios da Grande Florianópolis. Na sequência, observou que não podem dizer que estão enxugando gelo, mas que estão se desdobrando dentro do que podem; que é uma tropa antiga em idade, estressada e que vive no limite do serviço, pois os policiais praticamente não têm vida social porque vivem dia e noite no quartel; e que a carga é exaustiva. A seguir, revelou que chefiou a Diretoria de Saúde e Promoção Social; que o Tenente-Coronel Araújo Gomes é o idealizador do Projeto de Gerenciamento do Stresse Profissional (Progesp), sendo ele traumático e pós-traumático; e que para lá direcionaram um grupo de psicólogos porque a cada confronto, a cada morte, a cada pessoa baleada que o policial vivencia, além do risco de vida e das ameaças que sofre, tem repercussão negativa na sua vida pessoal. Dito isso, falou que ousa dizer que o Brasil, em termos de segurança pública, está no fundo do poço, afirmando que ou se recomeça ou se está fadado ao insucesso e reafirmou que a união de esforços é o caminho. Encerrando, argumentou que a Polícia Militar e a Polícia Civil estão se desdobrando para atender a todos; reconheceu que

têm falhas e que muitas vezes, ao se discar para o 190, em decorrência da demanda, as viaturas demoram para chegar ao local da chamada; e acrescentou que a Polícia precisa da ajuda de todos para ombrear com a Corporação nessa missão tão árdua. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Angela Albino**, registrou a presença do senhor Adronei Milani, representando o gabinete do Vereador Ricardo Vieira, de Florianópolis, e justificou a ausência do Deputado Estadual Ciro Roza e do Presidente do Tribunal de Justiça. Em seguida, passou a palavra ao **senhor Marcos Pinar, diretor da Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina (Famesc)**, que cumprimentou os presentes e parabenizou todos os Deputados que estavam na audiência. Inicialmente, constatou que existe a vontade dos movimentos sociais em fazer esse debate e que percebe que quem participa dos Conseggs, faz quatro anos, cinco anos, [Taquígrafa-revisora: Iwana Lúcia Lentz.] que está participando, gritando e não encontra eco, perguntando por que não se consegue eco. Dito isso, avaliou que talvez ele estivesse sonhando ou criando algumas utopias. Ato contínuo, disse que o Coronel Schaffner deu exemplo em Joinville e lembrou a fala do Deputado Estadual Maurício quando este mencionou por que não se copia outros modelos, como o da saúde, que já tem conselhos municipais, estaduais e nacionais. Na sequência, perguntou qual era o problema dos Conseggs hoje, dizendo que eles fazem chororô para a polícia; que não têm poder de decisão, de mudar a política; que os policiais até comparecem nas reuniões, ouvem as pessoas, mas não podem mudar nada; e que a comunidade não tem com quem falar, acrescentando que ela só descarrega todo o seu anseio, toda a sua vontade de ter polícia. Posto isso, manifestou a necessidade de se falar com o Governador, com o Secretário da Segurança ou com alguém que seja responsável pela segurança. Observando que hoje todos os Conseggs têm problemas, mas que eles se comunicam apenas com a polícia, contou que para mudar essa situação entraram em contato com o Município e estão tentando fazer uma conferência de emergência sobre segurança pública para que possam criar o Conselho Municipal de Segurança Pública. Em seguida, salientou que as pessoas podem perguntar que se a segurança cabe ao Estado, por que criá-la no Município, respondendo que as pessoas têm anseios de resolver os problemas de Florianópolis, de fazer um debate de maneira que se possa discutir com o Poder Público as coisas que estão acontecendo aqui, já que em outras regiões as coisas andam melhor do que na Capital. Ato contínuo, destacou que se pode estudar se o conselho será municipal ou regional através da realização de uma conferência municipal, cujo pedido já foi encaminhado à Câmara Municipal, sendo que vai participar da conferência a sociedade civil, a polícia e o governo, já que se não tiver esses três órgãos não se consegue fazer encaminhamentos. A seguir, afirmou que percebeu que hoje está aumentando um pouco a sua força porque já tem a sociedade civil, a polícia e a Assembleia Legislativa ao seu lado, e que somente está faltando o governo. Posto isso, informou que na conferência irá se discutir segurança com os programas sociais, de comunicação, com alguma coisa que traga outro horizonte para a segurança pública que não seja o da repressão; e que se tem que discutir com o todo e não só com uma parte, como estão fazendo hoje. Concluindo, desejou o fortalecimento do debate para que ele possa ser levado à Câmara Municipal, à Assembleia Legislativa, a fim de que consigam sair vitoriosos, e que, juntamente com a polícia, tenham a possibilidade de construir um programa com a sociedade civil. Continuando a audiência pública, fez uso da palavra o **Tenente-Coronel Araújo Gomes, Comandante do 4º Batalhão da Polícia Militar de Santa Catarina**, que inicialmente saudou todos, em especial a Deputada Estadual Angela Albino pela gentileza de tê-lo convidado para fazer parte da mesa e, depois, por permitir que fizesse uso da palavra. Em seguida, disse que gostaria de fazer da sua manifestação um louvor à iniciativa desta oportunidade, mas principalmente pelo encaminhamento que está sendo dado a essa discussão. Dito isso, contou que teve a oportunidade de assumir o 4º Batalhão, nos últimos meses, e que é responsável pelo centro, pelo sul e pelo leste da Ilha de Santa Catarina, observando que ali havia vários comandantes e que nenhum desafio é maior ou menor do que militar. Prosseguindo, comentou que se tem debatido que a discussão de segurança pública não deve se confundir com a discussão de policiamento, avaliando que são duas discussões importantes, e disse que tratar de segurança pública sob o paradigma da vigilância do policial fardado não é que seja errado, que seja imoral, mas que era inútil, porque nenhuma sociedade se torna segura a partir da vigilância. Continuando, disse que a vigilância formal se constitui em um braço da cidadania, em um braço para lidar com o comportamento considerado antissocial, o qual é uma exceção, quando o tecido social íntegro e saudável permite uma dinâmica social construtiva, sustentável, de convivência. Em seguida, comentou que viu o depoimento do representante da Daniela com louvor, mas que não poderia deixar de registrar que o que se está fazendo artificialmente na comunidade é reconstruir aquilo que deveria ser a característica de qualquer comunidade medianamente saudável, já que se está apontando como soluções milagrosas, quase heroicas, conhecer o vizinho, saber quem mora no nosso bairro e de vez em quando conversar com as pessoas. Ante o exposto, disse que imaginar que isso seja algo que não esteja presente é começar a vislumbrar um pouco da solução. Ato contínuo, opinou que é impossível falar de segurança pública sem levar em consideração a pandemia do *crack*, que é um problema de saúde e que sempre é reconhecido com abanos de

cabeça, mas lembrou que a reunião termina com reclamações porque não tem um posto policial no bairro. A seguir, reiterou que é impossível falar de segurança pública se não se levar em consideração mecanismos de controle social informal, que estão completamente depauperados, desestruturados, e acrescentou que não é mais vergonha ter sido preso, ter a fama de usar drogas no bairro, mostrar arma numa festa social, fazendo com que aquilo que deveria ser o primeiro filtro do comportamento saudável não exista. Posto isso, considerou que jogar para o mecanismo formal de controle o peso de tudo isso que não está funcionando é inútil, avaliando que, quando se discute sob essa perspectiva, se perde tempo. Prosseguindo, disse que na primeira infância os mecanismos de controle de educação e formação de personalidade não estão sendo formados, porque não há famílias cuidadoras, não há escolas integrais e não há comunidades apoiadoras. Continuando, salientou que os mecanismos de controle social formal estão contaminados por princípios éticos e formais, e que ele não iria discutir se estão certos ou errados, mas declarou que pode testemunhar como cidadão, já que este é um direito seu, que o resultado não o agrada. A seguir, considerou que o controle formal das polícias tem sido enfraquecido dia a dia e que é paradoxal que as suas armas se tornem mais poderosas nos últimos vinte anos na medida em que a legislação retira dele toda a capacidade de ação. Dito isso, chamou atenção para as pessoas não se iludirem porque as armas não vão tomar as comunidades seguras, já que o policial não consegue abordar, identificar, prender, orientar, dar exemplo, pois a legislação tem se alterado de forma a fazer com que o policial de ponta esteja com as mãos atadas. Acrescentou que hoje o policial tem viaturas, rádios, armamentos melhores do que no passado, colete para protegê-lo da violência, da qual ele é uma das maiores vítimas, mas que ninguém enfrenta tantos olhares de acusação de vítimas como o policial, e avaliou que eles são mais apropriados para falar sobre vitimização porque são os primeiros, por exemplo, a encontrar a família em pânico depois de ela ter sido amarrada, ou a encontrar uma pessoa sentada na calçada, chorando, porque seu carro desapareceu, ou a encontrar o pai abraçado com o filho, em pânico, porque teve seu único bem roubado. Ato contínuo, manifestou como sua preocupação a necessidade de se mexer nas “vacas sagradas”, porque debater isso sem discutir sistema, legislação e o básico é repetir esta audiência daqui a dois anos. Em seguida, lançou um desafio, salientando que muitos companheiros talvez o acompanhassem, para que sejam um pouco mais duros na legislação, um pouco mais abrangentes na inclusão e mais humanos na educação, e com isso todos teriam um Natal seguro. Posto isso, informou que é Comandante de um batalhão e que passa menos de um quinto do seu tempo atendendo ocorrência nas ruas, já que não é o seu trabalho, mas mesmo assim vai para rua até por gosto pessoal, e acrescentou seu depoimento pessoal de ter prendido três vezes o mesmo garoto armado após assaltos. Em seguida, convocou todos para que trilhem o mesmo caminho no que diz respeito à segurança pública e comentou que ouvirá até o final a audiência porque vê que o caminho trilhado na reunião é o de discutir as questões estruturais, o modelo, a convivência cidadã, onde os policiais sejam componentes importantes, mas não exatamente vigilantes. Concluindo, contou que o seu Comandante-Geral, que entende muito de segurança, principalmente de comunitária, diz-lhe que uma sociedade vigiada não é sinônimo de sociedade segura, e opinou que as pessoas têm que escolher o que querem. Prosseguindo a audiência, usou a palavra o **senhor Manoel João da Costa, vice-presidente da Associação de Praças do Estado de Santa Catarina (Aprasc)**, que inicialmente saudou a todos e manifestou sua satisfação por poder encontrar na audiência os presidentes dos Conseggs, opinando que, depois de muitos anos, estão no caminho certo, porque a sociedade organizada, com as suas reivindicações, é que vai resolver o problema da segurança pública. Em seguida, leu uma faixa que estava afixada na mesa, na qual estava escrito “Pagamos impostos, exigimos segurança!”, avaliando que isso é exatamente o que precisamos. Como vice-presidente da Aprasc, declarou ver que este é um momento importante, porque eles vêm gritando desde 2001 que a segurança pública vai mal em Santa Catarina, assim como em todo o Brasil, acrescentando que em Santa Catarina isso já havia sido avisado, que foram para frente dos quartéis, para a imprensa e falaram para a toda sociedade que o problema da segurança pública a cada dia cresce mais. Dito isso, contou que é praça desde 1981 e que quando ocorria um furto, um assalto, eles ficavam o dia inteiro trabalhando até solucionar o problema. Prosseguiu informando que homicídio era um por mês, ou por ano, e que hoje em dia já chegou a ocorrer 835 homicídios em um ano, que no outro ano houve 834 homicídios, perguntando onde vão parar com tanta violência e manifestando a importância de a sociedade cobrar segurança do Governador do Estado. Na sequência, comentou que ouviu as falas do Deputado Maurício e do Coronel Schaffner, que avaliaram que a segurança pública está fora de controle. Ato contínuo, opinou que a sociedade, através dos seus representantes, dos Conseggs, tem que cobrar isso com urgência, sim, do Comandante-Geral da Polícia Militar, do Delegado-Geral da Polícia Civil, do Secretário da Segurança Pública e do governo do Estado, e, acima de tudo, dar prioridade para a segurança pública, já que hoje em dia não se dá prioridade para isso. No entanto, lembrou que quando ocorreu um problema da dengue em uma semana o Brasil inteiro se mobilizou, inclusive tendo verba à vontade para isso, para combater um “mosquitinho”. Posto isso, informou que há um dado estatístico que mostra que no Brasil morrem

quarenta mil pessoas por ano e que, para o tamanho do problema, não se faz absolutamente nada. A seguir, declarou que cobram salário, dignidade e respeito dentro das suas instituições, e que tem mais de quinhentos policiais e bombeiros que foram presos, sendo que 22, que eram de excepcional comportamento, foram excluídos da Corporação porque reivindicaram salário. Continuando, registrou que o governo do Estado encaminhou uma lei para votação na Assembleia, que depois foi sancionada pelo Governador, mas que não pagou, que os policiais seguiram durante cinco anos sem aumento de salário e depois não aguentaram mais e foram cobrar, sendo que o governo mandou excluí-los. Dito isso, destacou que esses 22 policiais poderiam estar trabalhando hoje inclusive no norte da Ilha, comentando que estão falando na audiência menos de 10% do que acontece lá. Referindo-se ao Coronel Ribeiro, informou que no norte da Ilha, por exemplo, nos Ingleses, existe o toque de recolher, há drogas e os mercados fecham às 20h. Reiterou que violência é um problema seriíssimo e que precisam dar prioridade para a segurança. A seguir, pediu que todos os representantes dos Consegos estejam juntos com a Aprasc no sentido de poderem trazer de volta os seus companheiros que foram excluídos, pois até hoje essa questão não foi resolvida. Finalizando, comentou que o próprio Governador se comprometeu com essa questão, mas disse que há resistência dentro da Instituição e que, segundo informação, seria por parte dos oficiais. Prosseguindo a audiência, fez uso da palavra o **Deputado Estadual Jailson Lima, 1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina**, que inicialmente cumprimentou todos e manifestou valer a pena ter vindo à audiência para ouvir a fala do Tenente-Coronel Araújo, lembrando que no início do ano passado fizeram o mesmo debate e ouviram o mesmo discurso do senhor Manoel João da Costa, da Aprasc. Em seguida, considerou que para administrar tem que se ter generosidade, que há 22 policiais parados por questões políticas ou reivindicatórias, o que faz parte do processo democrático, mas que a lei não foi cumprida porque entende que não há orçamento para cumprí-la, uma vez que foi uma lei apresentada e aprovada eleitoralmente na Casa. Dito isso, comentou que fez questão de esclarecer esse ponto para não enganar ninguém e avaliou que o contexto teria que ser refeito. [Taquígrafa-revisora: Ana Rita M. de Souza.] Na sequência, comentou que o que se está vendo no Estado do ponto de vista da segurança é altamente questionável e reconheceu que o governo da Presidenta Dilma, o qual representa, também está deixando a desejar nesse sentido. Ato contínuo, lembrou-se de uma plenária realizada no início de 2010, momento em que ficou sabendo que havia um carro policial para 102 policiais e para aproximadamente 140 mil pessoas. Posto isso, registrou que na região do Alto Vale em breve se aposentarão mais de vinte policiais, reduzindo consideravelmente o batalhão, e onde há veículos com mais de dez anos de uso. A seguir, avaliou ser fundamental discutir a segurança como essência da administração pública, em vez de se ficar discutindo as intrigas de governo para ver quem tem mais poder entre as Secretarias, complementando que os Consegos e a sociedade precisam ser ouvidos. Continuando, parabenizou todos pelo evento e comentou ter chegado atrasado à audiência porque estava vindo da região do Alto Vale, castigada pelas chuvas e ainda com problemas de recuperação, contando que se surpreendeu ao saber que mesmo durante as cheias tinha gente, em barcos, roubando lojas. Despediu-se dizendo esperar que o Governador, que no seu entender tem boa vontade em acertar, tenha sapiência para ouvir as vozes das ruas. Prosseguindo a audiência, a palavra foi passada ao **senhor Carlos Thadeu Lima Pires, presidente da Associação Metropolitana de Conselhos de Segurança da Grande Florianópolis (Amecon)**, que cumprimentou a mesa e as demais autoridades presentes e agradeceu a todos os comandantes pela participação. Comentando que há muito tempo participa de audiências públicas, confessou não acreditar mais na resolutividade das mesmas porque as respostas não são encontradas. Em seguida, disse sentir-se honrado por ter sido convidado e perguntou o motivo pelo qual a população, apesar de pagar muitos impostos, ainda precisa procurar o Estado para mendigar o que lhe é de direito. Dito isso, falou que sua intenção não é a de crucificar o policial militar ou o policial civil, pois as instituições a que pertencem fazem o que podem para proteger os cidadãos, acrescentando que quem está falhando é o Estado. Ato contínuo, observou ser necessário haver leis mais rígidas, já que elas estão suaves e elásticas demais, e registrou sentir a ausência da Secretária da Justiça e Cidadania do Estado, pois gostaria de lhe perguntar o que pretende fazer com o Pliat e com o São Lucas, comentando saber que os adolescentes precisam ser ressocializados mas que não há lugar onde isso possa ser feito. Assinalando que o São Lucas foi fechado por não apresentar condições de uso e que não se pensou em um local provisório ou em outra forma de abrigar os menores, acrescentou que o Pliat também foi fechado. Posto isso, desabafou tratar-se de um problema, pois o policial atende a ocorrência e, nem bem chega à delegacia, enquanto a vítima preenche o Boletim de Ocorrência, o menor já está dando adeusinho, rindo, debochando e indo embora. Considerou que isso não ocorre por culpa da Polícia Militar ou da Polícia Civil, mas provavelmente por culpa do Governador, e que o apelo por providências estava sendo deixado aos Deputados por serem políticos e fazerem as leis. A seguir, comentou que a comunidade cobra os Consegos com relação aos policiais em desvio de função e reiterou haver 410 policiais militares em desvio de função trabalhando no Tribunal de Justiça, na Assembleia Legislativa, na Câmara Municipal e em outros organismos públicos. Na

sequência, avaliou que o problema do baixo efetivo da Polícia Militar e da Polícia Civil não é apenas a falta de concursos, mas também a falta de gestão. Questionando a necessidade de tantos policiais na Assembleia e em outros organismos públicos, acrescentou que os policiais em desvio de função recebem salário em dobro, enquanto os policiais que se arriscam nas ruas ganham um salário apenas, e contou ter sido feito um estudo segundo o qual foi constatado que 19 policiais seriam suficientes para garantir a segurança da Casa, mas que a Assembleia possui 53 policiais em atividade e outros muitos aposentados, somando um contingente de 88 policiais. Tendo isso em vista, pediu aos Deputados que levem ao Presidente a intenção da comunidade e dos Consegos de que a lei seja alterada para limitar o efetivo dentro dos organismos públicos e aumentar o policiamento nas ruas. Ainda citou o problema da disparidade dos salários dos policiais e pediu que seja feita uma votação para que tais servidores recebam a remuneração que lhes é devida, advertindo para que não ocorra com eles o que aconteceu com a Educação, que recebeu o piso salarial mas teve todos os seus direitos anteriores cortados. Acrescentou duvidar que os Parlamentares tomem esse tipo de atitude com relação aos próprios salários, sendo aplaudido. Continuando, mencionou que a Guarda Municipal também enfrenta sérios problemas com relação ao seu efetivo, tendo iniciado com 150 guardas e possuindo atualmente somente 80 nas ruas, e perguntou se há alguma previsão de concurso público e para quando. Dirigindo-se ao senhor Marcos Pinar, disse que o Conselho de Segurança Municipal existe desde 2008, que a lei foi aprovada, que os Consegos de Florianópolis foram convidados a compor uma comissão para em 25 dias redigir o estatuto, o qual foi finalizado, e que a lei está em vigor, mas que o senhor Prefeito esqueceu-se de nomear a diretoria que vai compor o Conselho de Segurança Municipal. Questionando o motivo de se criar um segundo conselho, se não é para fazê-lo atuar, pediu que ele realmente venha a vigorar. Ato contínuo, registrou a necessidade de se criar um distrito policial no sul da Ilha, o que já vem sendo prometido desde 2002, e que foram informados de que seriam premiados, mas que o Governador preferiu contemplar Canasvieiras e o posto do sul da Ilha acabou ficando para abril. Por fim, com relação às câmeras de monitoramento, que demoraram três anos e meio para chegar e somente agora começaram a ser instaladas no posto da Armação, perguntou se haverá efetivo para monitorá-las, pois foram instaladas sete câmeras em Coqueiros e duas já foram roubadas, sendo que até hoje a polícia não sabe quem fez isso. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Angela Albino**, agradeceu pela participação ao senhor Carlos Thadeu e disse ter sido ele o articulador da audiência pública. Prosseguindo com a audiência, passou a palavra ao **senhor Flávio Souza, presidente da Associação Comunitária Amigos do Continente**, que saudou a todos e perguntou se havia algum representante do Poder Público municipal, tendo um senhor se manifestado na condição de representante da Prefeitura de Florianópolis. Na sequência, contou ser morador de Capoeiras e que há cerca de um mês e meio o senhor Tonho, muito conhecido no bairro, foi assassinado exatamente no local onde havia um posto da Polícia Militar, acrescentando que a colocação efetiva de um posto da Polícia Militar traz sensação de segurança a todos. Posto isso, avaliou ser muito importante, além do aparelhamento e do aumento do efetivo da polícia, que haja aumento também dos salários dos policiais militares e civis, tornando-os atraentes para que o policial não precise, no seu descanso, fazer bico em postos de combustível, já que esse é o comércio mais afetado em Santa Catarina por conta da banditagem, contando o caso de um dono de posto recentemente assassinado em seu local de trabalho. Parabenizando os policiais militares pelo exemplo que é o Proerd, afirmou que o Estado de Santa Catarina nada criou em matéria de projetos sociais de inclusão social de jovens e adolescentes, complementando haver apenas um projeto do Ministério do Esporte, o Programa Segundo Tempo, realizado por algumas Prefeituras, e concluindo que só dar armas e viaturas para a polícia não resolve o problema da segurança. Mencionando a pedreira do Abraão e o Parque Aventura, um espaço público criado pela administração anterior de Florianópolis, que deveria ter sido usado pela comunidade para projetos de inclusão social, shows, arte, cultura e esporte, contou que a pedreira faz divisa entre a área nobre de Coqueiros e a favela da Vila Aparecida, um dos maiores focos de violência da cidade, e que durante a gestão atual a área foi trancada com cadeado, tendo sido recentemente doada para que a Polícia Ambiental faça lá o seu batalhão. Ato contínuo, avaliou haver poucos espaços públicos que possam ser aproveitados para fazer essa junção da sociedade com as áreas carentes e que, ainda assim, tais espaços não são usados e são simplesmente doados, citando os exemplos do Parque da Luz, no centro de Florianópolis, e também do Parque Náutico Walter Lange, dois espaços públicos que poderiam ser usados não para uso de drogas e prostituição, mas como áreas de lazer e cultura. [Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato.] Na sequência, explanou que é preciso otimizar os espaços públicos para que a sociedade, através do esporte, da arte e da cultura, possa combater a violência. Ao final, citou novamente o Parque Náutico Walter Lange, comentando que o mesmo, de costas para o mar, não possui faixa de pedestre, mas que agora estão construindo um elevado e tudo isso vai acabar sendo usado para lugar de violência e consumo de droga. Prosseguindo a audiência, a palavra foi concedida ao **senhor Hélio Leite, gestor de Negócios, representando a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Florianópolis**, que cumprimentou

todos os presentes e afirmou que todos estão preocupados com a segurança pública, e quando o problema é público é importante a participação de todos na solução dos problemas. A seguir, solicitou que as entidades representativas participem dos Conselhos para os ajudarem em relação à segurança preventiva e considerou importante sair da audiência pública com a possibilidade de encaminhamento da criação de um pacto para que a segurança pública, a educação, a assistência social, o sistema judiciário e o sistema penitenciário integrem o comitê trabalhando segurança de forma preventiva, levando à juventude e às crianças, talvez também incluindo na grade curricular, valores morais. Finalizando, reafirmou a importância de a legislação mudar e enalteceu os valorosos profissionais das Polícias, porque fazem muito mais do que podem para atender a população. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Angela Albino**, registrou a presença da senhora Adriana Carvalho, representando o gabinete do Deputado Estadual Sargento Amauri Soares, e passou a palavra ao **senhor Tony Eduardo de Lima e Silva, da Escola de Tiro.38**, que desejou boa-noite a todos e avaliou que o tema é sério, mas que os governantes têm se mostrado ineficientes. Ato contínuo, informou que é proprietário e membro de uma escola de tiros há vinte anos, a qual presta serviço voluntário tentando sanar a falha do Estado na preparação dos policiais. Em relação à questão da segurança, falou que não se resolve segurança do dia para noite, que há medidas paliativas e medidas mentirosas, pois os governantes têm se mostrado ou ineficientes, ou com interesses escusos, ou sem vontade de fazer com que a segurança funcione. Participando que deu aulas no mundo inteiro, analisou que a polícia comunitária só funciona em países onde a comunidade confia na polícia e que fazer esse tipo de trabalho no Brasil é uma falácia. Posto isso, disse que o cidadão que ligar para o número 190 sabe como vai ser atendido; se a pessoa estiver em uma emergência noturna e depender dos policiais, morre, porque no período noturno são apenas duas viaturas para atender toda a Ilha, acrescentando que não culpa os policiais, mas critica o sistema mentiroso que todos vivem. Na sequência, ressaltou que as câmeras ajudam, mas não é a solução, pois Londres tem muitas câmeras e é a cidade mais violenta da Europa. Continuando, elucidou que o Brasil tem problemas sérios porque o cargo de chefe do alto comando da polícia é político e não podem dizer a verdade; que as medidas tomadas devem ser verdadeiras e que os especialistas devem ser procurados. A seguir, afirmou que a responsabilidade de segurança pública não é do cidadão, que pagam altos impostos para terem segurança pública descente. Lembrando que as pessoas de comunidades carentes sempre foram as mais atingidas, seja por droga, assalto ou outra coisa, registrou que hoje o problema atingiu a todos, e por isso segurança está sendo tão falada, cientificando que tem medo de que a realidade não mude, mas que a violência aumente. Finalizando, observou que o sistema penitenciário no Brasil não funciona porque rico não fica preso e que as novas leis do governo federal só servirão para soltar os presos, e colocou-se à disposição de todos. Prosseguindo a audiência, o **senhor Luiz Ângelo Sombrio, presidente do Sindicato de Revendedores Varejistas de Combustíveis de São José e Região (Sindicomb), representando o Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis Minerais de Florianópolis**, cumprimentou todos e relatou que está apavorado e que vai pedir para entrar no programa do Tenente-Coronel. Ato contínuo, disse que apenas em 120 dias a empresa dele foi assaltada nove vezes, com quatro furtos de cofres, e que não mataram os funcionários porque pediram clemência. Na sequência, falou que todos na audiência reclamaram da lei e observou que as leis podem ser alteradas. A seguir, avaliou que a polícia tem que ser enérgica e respeitada e que o problema está no comando. Informando que 25% das empresas da Grande Florianópolis são assaltadas todos os meses e que existe uma quadrilha especializada em furtar cofres de postos de combustíveis, perguntou o que deveriam fazer, se devem contratar segurança privada ou devem se armar? Dito isso, esclareceu que é preciso colocar o dedo na ferida e denunciar as barbaridades que ocorrem em todos os setores do Estado, como a descentralização do Estado, que está gastando mais de R\$ 70 milhões com todos esses empregos, as aposentadorias por invalidez concedidas pela Assembleia Legislativa e tantas outras coisas que acontecem. Continuando, lamentou a ausência na audiência do Secretário da Segurança Pública, porque é quem manda e quem tem o poder para responder e discutir o assunto, pois a falta de segurança está em todo o Estado e em todas as atividades do comércio, nas residências, na rua, no dia a dia da sociedade. Registrando que, se falta presídio, libera-se os presos, perguntou onde está a lei, o Judiciário e o Supremo Tribunal, que tem, segundo reportagem, 211 funcionários para cada Juiz. [Taquígrafa-Revisora: *Jacqueline de O. V. Bitencourt.*] Em seguida, reafirmou ser necessário colocar o dedo na ferida, pois a sociedade não pode ficar calada diante do que vem acontecendo, e como cidadãos honestos, trabalhadores, que dão emprego e pagam seus impostos, reivindicam seus direitos. Também registrou que há dois anos o Sindicato foi exitoso na luta para coibir a sonegação fiscal do sistema de comercialização de combustível no Estado, já que atualmente a Secretaria da Fazenda tem apenas em torno de 150 mil entre inadimplências e sonegação de impostos no segmento, e afirmou que a bandeira atual é sobre segurança pública. Prosseguindo, disse que apesar de a Presidenta ter sinalizado que seu tempo tinha acabado, fazia questão de registrar que aquele era um desabafo dos 240 donos de postos da Grande Florianópolis, se estivessem ali, tendo

em vista que o problema do trauma pós-assalto tem afetado muitos deles, funcionários e donos de postos, e falou que quando o telefone toca na madrugada, às vezes por causa de um alarme que disparou acidentalmente, tem a impressão que vai ter um infarto, atendendo já com a pergunta de quem morreu. Finalizou questionando o que fazer diante dos relatos dos funcionários dos postos que dizem sofrer constantes ameaças de assaltantes, que falam que irão matá-los. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Angela Albino**, reiterou o seu pedido de desculpas por não prorrogar o tempo das falas e disse que, em função do tempo já decorrido de audiência e do grande número de inscrições, há necessidade de reduzir ainda mais o tempo de manifestação, bem como pediu àqueles que já se sentem contemplados que declinem de falar, sob pena de não conseguirem traçar os encaminhamentos da audiência. Feitas essas considerações, passou a palavra ao **senhor Edu Caldeira Antunes, do Conség de Coqueiros**, que iniciou perguntando quanto valia a vida de cada uma das pessoas que ali se encontrava, pedindo que todos pensassem a respeito. Prosseguindo, através de leitura, disse que cada vez que acontecia uma tragédia resultante de uma ação criminoso levantava-se a necessidade de colocar um guarda em cada esquina, em cada escola, em cada casa; quando não, perdia-se um tempo enorme na tentativa de achar o culpado para depois justificar a atitude do criminoso, caso ele fosse apenas um cidadão comum, vítima de alguma coisa. Na sequência, observou que as pessoas ficam admiradas com atitudes de povos esclarecidos e civilizados diante de tragédias, que de maneira ordeira enfrentam as desgraças que os atingem, afirmando que para isso basta ter atitude e respeito às leis. Dito isso, ressaltou que todo grupamento social possui um ordenamento jurídico que regula suas relações, responsável pela boa convivência entre os membros de uma sociedade, e que o Brasil não é diferente, mas que, apesar das suas leis, dos seus costumes, das suas tradições e da sua história, não consegue conter o crescimento da violência, ponderando que o Brasil, no aspecto relativo à segurança, não cumpre suas responsabilidades plenamente. A seguir, pediu que todos imaginassem um triângulo equilátero, tendo no seu interior a lei e nos vértices os três elementos responsáveis pela segurança, que são Poder Público, forças policiais e povo, todos interligados e sujeitos à lei, ressaltando a necessidade de haver uma perfeita harmonia entre eles para se viver em segurança. Posto isso, mencionou que o Poder Público, composto pelo Executivo, Legislativo e Judiciário, deve se preocupar com a elaboração de leis e normas e com a execução de planejamentos adequados que busquem o bem comum, aliados aos bons exemplos que devem ser emanados, abrindo um parêntese para dizer que nos últimos vinte anos foram criadas no Brasil 4,2 milhões de leis. Salientando que a sociedade tende a tratar a polícia como uma instituição independente, esclareceu que ela é o braço armado da lei e tem como missão prevenir o crime e a desordem, realizando seu trabalho através de procedimentos de inteligência, para os quais é preciso estar preparada, material e intelectualmente e com efetivo adequado, pois até em situações de risco através de ações preventivas e repressivas, além das atividades básicas, atuando ainda como polícia comunitária, que em sua opinião não é uma atividade fundamental. Em seguida, afirmou também que o povo, outrora pacífico, apresentava características que favoreciam o aumento da criminalidade, salientando que a formação das pessoas se dava numa sociedade violenta, com baixo índice de educação e civilidade, na qual as boas maneiras e a urbanidade estavam sendo esquecidas, havendo necessidade de melhorar as relações interpessoais, de valorizar a família, as crenças religiosas, e deixando de transferir as responsabilidades e obrigações para terceiros, e salientou que a pouca preocupação em fiscalizar as autoridades constituídas expressava, infelizmente, o desinteresse e a alienação da maioria da população. Continuando, falou que a insegurança gerada em virtude do aumento dos crimes violentos, dos furtos, das fugas em presídio, dos drogados, aliada ao pequeno policiamento ostensivo, estava proporcionando um clima de intranquilidade, e citou os principais fatores geradores da criminalidade, como a desestruturação familiar, a falta de políticas públicas voltadas aos jovens, a precariedade da educação, as desigualdades sociais, o desemprego provocado pela falta de mão de obra qualificada, o tráfico e uso de drogas, a impunidade, a ausência de valores espirituais e os maus exemplos dados por quem deveria ser o sustentáculo da lei, ressaltando que esses eram problemas de difícil resolução, mas que se cada um realizasse a sua parte a situação ficaria melhor. Encerrando a participação, mencionou sua indignação à afirmação do Ministro da Justiça, que quando esteve em Florianópolis disse que não seriam distribuídos recursos para a segurança em Florianópolis em função de ser pequeno o índice de criminalidade em Santa Catarina, a qual considerou um absurdo, e que procurou saber como eram distribuídos os recursos do governo federal, tomando conhecimento de que anualmente Santa Catarina entrega ao governo federal em torno de R\$ 12 bilhões e recebe R\$ 5 bilhões, e o Maranhão entrega perto de R\$ 2 bilhões e recebe R\$ 8 bilhões, pedindo que todos pensassem a respeito dessa informação. Dando seguimento à audiência, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Angela Albino**, alertou que havia recebido mais uma inscrição e que era necessário estipular um limite, inclusive para a audiência, a fim de que a mesma fosse concluída antes do seu esvaziamento, e novamente apelou aos que já se sentiam contemplados por outras falas que declinassem da palavra, a fim de que ao final houvesse tempo para se fazer os encaminhamentos. Dito isso, passou

a palavra ao senhor **João Maria Agostinho, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Postos de Serviços e Venda de Combustíveis e no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo da Grande Florianópolis (Sinfren)**, que cumprimentou os presentes, especialmente os trabalhadores frontistas, afirmando que a presença deles significava um gesto de apoio, já que sem o trabalhador não eram ninguém, e parabenizou a Deputada Angela Albino pela iniciativa. Na sequência, observou que depois de tudo o que havia sido dito tinha a impressão que nada mais restava a fazer a não ser rezar, tendo em vista o grau de dificuldade em que se encontravam frente à situação da segurança, e disse que nas suas visitas aos postos de combustíveis conversava com os trabalhadores, que são as grandes vítimas, juntamente com seus familiares, que lhes relatavam a dificuldade que era voltar ao seu local de trabalho depois de ter sido assaltado, constatando que ser assaltado em qualquer outro local já é uma situação difícil, mas no local onde se ganha o seu sustento e o da sua família ficava pior ainda. Dito isso, afirmou estar indignado com o governo, que só se preocupa em excluir em vez de incluir, e que se os projetos existentes para essa área fossem para criar Secretarias no interior do Estado, transformando-as em cabide de emprego, os projetos já teriam sido executados, porque davam voto, mas como era para incluir policial, que não dava voto, permaneciam parados. Em seguida, considerou que a Polícia Militar fazia o que podia, pois não tinha efetivo suficiente, e que a população se encontrava encurralada, classificando a situação como gravíssima, porque enquanto não existisse policial nas ruas fazendo policiamento preventivo e ostensivo a criminalidade não diminuiria. Concluiu agradecendo pela oportunidade e colocando o Sindicato à disposição do que fosse necessário. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Angela Albino**, disse que uma das inscrições era do senhor Paulo Vitorino Silva, presidente da Associação dos Moradores e Amigos do Kobarosol (Amakobarosol), que havia feito por escrito o seu questionamento: mencionou a presença de 410 policiais em órgãos públicos, número maior que o efetivo do 4º Batalhão, e solicitou aos Deputados presentes à audiência que fizessem um projeto de lei acabando com a lei que os favorecia a terem seus apadrinhados junto a si. Ato contínuo, a **senhora Presidenta** disse que a solicitação havia sido registrada, para que ao final fossem feitos os encaminhamentos. Feito o registro, a palavra foi concedida ao **senhor João Manoel do Nascimento, vice-presidente do Conselho Comunitário Pontal do Jurerê (Balneário Daniela)**, que cumprimentou os presentes e disse que era preciso coragem do Poder Executivo para reverter o quadro atual, não havendo dúvida quanto ao heroísmo dos policiais militares e civis, quanto à necessidade de a sociedade civil melhorar seus mecanismos de autoproteção, como o programa Vizinho Solidário, e até de investimentos em segurança privada, mas que era muito importante contextualizar que aquela audiência pública estava ocorrendo porque a criminalidade havia atingido níveis inéditos e de forma muito rápida. A seguir, afirmou que um aspecto importante a ser destacado era o fato de que os números oficiais não refletiam o tamanho do problema, porque nem todas as ocorrências eram registradas, e exemplificou dizendo que no seu bairro estava havendo um controle grande, mas percebeu-se que menos de 15% dos furtos eram registrados. Finalizando, propôs imediatamente o aumento significativo do número de policiais militares e civis, afirmando que esta era uma decisão que o Governador precisava tomar urgentemente, e investimentos em tecnologia. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta** agradeceu ao senhor Derli Muzzo, do Sinfren, pela gentileza de abrir mão da sua inscrição, e passou a palavra ao **senhor Carlos Umberto Pereira, presidente do Conseg do Carianos**, que desejou boa-noite a todos e disse que há dois dias tinha sido furtado, tendo comprado naquele dia uma cerca de concertina para proteção. Mas afirmou que esse não era o foco da sua participação, que queria mencionar uma conversa que teve recentemente com uma pessoa que havia sido assaltada, registrando que na conversa a pessoa dizia que o Estado não fazia nada, sendo questionado pelo fato de nunca ter aparecido numa reunião do Conseg, que tinha lhe dito que não funcionava. Na sequência, contou que respondeu que não era palhaço e que frequentava o Conseg há cinco anos, sendo atualmente seu presidente, afirmando que era necessário entender que todos eram Estado, sendo preciso separar governo de Estado, Polícia Civil de Polícia Militar e a atuação de cada uma. [Taquígrafa-revisora: Siomara G. Videira.] Ato contínuo, disse a todos que estão na audiência para conversarem com outras pessoas interessadas na segurança para reconhecer em si o Estado, porque todos são o Estado e não se deve estar na audiência reclamando do caso pessoal e sim pensar que se hoje há uma emergência de segurança é porque a emergência deixou de se fazer quando deveria ter sido feita, e que não interessa quem não fez, pois todos somos o Estado. Em seguida, explicou que o cidadão possui um instrumento muito forte que é o voto e que se precisa separar os bons dos maus. Ao final, sugeriu como encaminhamento que os Deputados atuem no seu âmbito e influenciem em nível federal quem pode mudar as leis, e que elas sejam cumpridas. Prosseguindo a audiência, o **senhor Eduardo Gomes de Azevedo Filho (Pezinho), diretor de Remo, representando o Clube Náutico Riachuelo, de Florianópolis**, saudou a todos e comentou que sentia saudades da época em que se dormia com as janelas abertas. A seguir, comunicou que o clube do remo náutico desenvolve durante muito tempo um projeto social com crianças, sem ajuda de ninguém ou de algum órgão público; e que desde 1992 o processo vem se arrastando e atualmente

conseguiu fazer uma parceria com a Eletrosul e 35 crianças estão sendo atendidas. Encerrando, sugeriu cobrar do Estado a implantação do horário integral nas escolas, porque, se num período as crianças e os jovens estudarem e no outro praticarem esportes, não ficarão ociosos e, por consequência, não terão tempo para se ocuparem com outras coisas como crimes, drogas ou roubo. Continuando a audiência, o **senhor Adronei Milani, representando o gabinete do Vereador Ricardo Vieira, de Florianópolis**, desejou boa-noite aos integrantes da mesa e a todos os demais presentes. Ato contínuo, comunicou que o Vereador Ricardo já solicitou uma audiência para implementar o Conselho Municipal de Segurança, mas que por falta de vontade política não foi implantado, acrescentando que espera que o Poder Público municipal assumira o que lhe é devido porque a população está cansada de ver situações perigosas na cidade. Na sequência, alegando a necessidade de encarar a luta contra a violência, sugeriu como encaminhamento a criação do Conselho Municipal de Segurança, que só depende do Prefeito para nomear os conselheiros e destinar os recursos. Por fim, relatou que, como representante e morador do Saco Grande, em Florianópolis, existe uma luta na SC-401, no pedágio, em conjunto com várias comunidades, a fim de chamar a atenção das autoridades para o problema da segurança, porque a comunidade está cansada das violências ocorridas e já não aguenta mais a falta de segurança. Prosseguindo a audiência, o **senhor Pedro Jayme dos Santos, presidente do Conseg de Alfredo Wagner**, agradeceu à Deputada Angela Albino pelo convite e cumprimentou todos os presentes. Ato contínuo, relatou que iria dar um depoimento e que esperava que servisse como lição a todos, comentando que em 2007 a Polícia Militar de Palhoça esteve em Alfredo Wagner por conta de que naquela região, por quarenta dias, aconteceram cinco assaltos com cárcere privado, coisa inédita para a região. Em seguida, explicou que isso aconteceu porque a TV Globo do Rio esteve em Alfredo Wagner e fez uma reportagem colocando o Município como o melhor local para se viver, e depois dessa reportagem as coisas mudaram, e se a polícia não se fizesse presente hoje estariam em grandes apuros, porque apesar de a cidade ser pequena ela enfrenta os mesmos problemas das cidades grandes. Dito isso, comunicou que o Município desenvolveu o projeto Segurança Solidária, semelhante ao Vizinho Solidário, que tem como parceiro a Câmara de Vereadores, as Polícias Militar e Civil, as igrejas e o DCL, porém o Poder Executivo não participa. Na sequência, expôs que em 2010 foram realizadas várias reuniões, que conseguiram 104 líderes de rua, que o Conseg tem força de pessoa jurídica e que o Município não mede forças quando se trata de segurança, citando o artigo 144, que diz que a segurança é feita para todos. Concluiu parabenizando a Alesc, a Deputada Angela Albino, os Deputados presentes e os que ficam até o final da audiência pela reunião. [Taquígrafa-Revisora: Sabrina Roberta Schmitz.] Retomando a palavra, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Angela Albino**, concordou que Alfredo Wagner é um local muito bom de morar e, ato contínuo, passou a palavra ao **senhor Celso Ramos Neto, do Conseg de Coqueiros**, que cumprimentou todos e todas. Na sequência, expôs que se perdeu qualidade de vida e que na sua rua, em Itaguaçu, já houve vários assaltos, relatando que hoje ou amanhã irão até a sua residência porque sabem que frequenta a reunião do Conseg. A seguir, disse que espera que o Poder Público faça alguma coisa e avaliou que a Polícia Militar vive sobre pressão porque o número de efetivos é pouco e as ocorrências são muitas. Ao final, avaliou que da audiência pública, com presença da comunidade, das autoridades, dos Consesgs e dos Deputados, poderá ser criado um documento retratando a realidade da falta de segurança e ser entregue ao Governador e ao Secretário de Segurança do Estado. Prosseguindo a audiência, o **senhor Tenente-Coronel Luiz Ricardo Duarte, coordenador Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança e diretor de Segurança Cidadã da Secretaria de Estado da Segurança Pública**, saudou todos e todas e expôs que essa é a oportunidade de amadurecimento para a democracia em Santa Catarina, momento que num passado não tão distante era impensável a comunidade ter um local para se manifestar, mesmo se opondo à opinião dos próprios membros da mesa e mesmo se opondo a cargos e à postura, sendo que isso faz parte do processo democrático. A seguir, comunicou que já trabalham com os Conselhos Comunitários há algum tempo e que acompanham a luta dessas pessoas pela melhoria da qualidade de vida, o que tem funcionado, esclarecendo que segurança pública, quando é encarada por todos como problema de todos, tem a tendência de funcionar e sempre melhorar, mas é preciso que a população e a sociedade civil se conscientizem de que segurança pública não pode ser terceirizada; não se pode terceirizar responsabilidades, o que se pode terceirizar são ações. Dito isso, falou que devem acordar para essa responsabilidade, assumindo parte dela e compartilhando isso com a sociedade e com os órgãos da Segurança Pública. Na sequência, observou que a maioria das manifestações foi para aumentar a estrutura do Estado, aumentar o número de efetivos das Polícias Civil e Militar, os postos, as delegacias, as viaturas, os armamentos, os presídios etc., avaliando que é necessário fazer tudo isso, mas que não basta apenas colocar na cadeia e se restringir a isso porque não se resolverá o problema, pois o necessário é desenvolver projetos de prevenção e arrumar mecanismos para detectar a raiz dos problemas e tratar isso, o que não é realizado. Encerrando, falou que o crime não é uma causa, é um efeito, e deve-se parar de olhar para isso como a causa de todos os problemas e olhar mais para a sociedade, para os valores, para a família,

para a escola, para a religião, enfim, para tudo aquilo que acabou sendo esquecido ao longo das gerações, pois se não se retomar essa questão se perderá o controle. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Angela Albino**, comunicou que se está fazendo esta audiência no âmbito da Comissão de Legislação Participativa porque se acha que daqui poderá sair várias iniciativas legais a serem propostas. Ato contínuo registrou os encaminhamentos, com a concordância de todos, quais sejam, enviar a ata da audiência pública aos integrantes da mesa a fim de que seja distribuída aos demais participantes; solicitar a reativação do Conselho Municipal de Segurança de Florianópolis; realizar audiência pública para discutir a experiência de Rio do Sul, que propõe educação em período integral; desdobrar as várias sugestões apresentadas na audiência, através da Comissão de Legislação Participativa, em projetos de lei, moções, indicações, a serem encaminhadas também à Câmara Federal; solicitar audiência com o Governador do Estado, com representantes dos Conselhos, da CDL e dos postos de combustíveis; e enviar ofício ao Ministério Público, ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina e ao Secretário de Estado da Segurança Pública registrando insatisfação pela ausência na audiência. Na sequência, consultou o plenário se os encaminhamentos contemplam todos, obtendo a aquiescência geral. Finalizando, saudou às Polícias Civil e Militar por prestarem um grande serviço à sociedade; realçou o trabalho executado pelos servidores da AleSC, dizendo que é necessário separar o joio do trigo (referindo-se às matérias nos jornais); e agradeceu a todos pela presença. Não havendo mais nada a tratar, encerrou a audiência pública. [Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos.]

**DEPUTADA ESTADUAL ANGELA ALBINO**  
**PRESIDENTA DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

#### ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia trinta de maio de dois mil e doze, sob a Presidência do **Deputado Marcos Vieira**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Darci de Matos, Luciane Carminatti, Manoel Mota, Neodi Saretta e Sargento Amauri Soares. Aberto os trabalhos, o Deputado Presidente colocou em discussão a Ata da 13ª reunião ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo o senhor Presidente informou que havia recebido no dia de ontem (29/05/12), ofício do Presidente do Tribunal de Contas, convidando-o a participar de uma Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno, ocasião em que será apreciada as contas prestadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina, mas que infelizmente não poderá participar, por ter assumido previamente outros compromissos, por isso indagou ao Vice Presidente da Comissão, Deputado Darci de Matos sobre a possibilidade de participar da referida reunião, marcada para hoje, às catorze horas, o que foi prontamente aceito. Em seguida o Presidente comunicou o recebimento do Projeto de Lei PL./0121.9/2012, que acrescenta os parágrafos 1º, 2º e 3º ao art. 9º da Lei nº 13.336, de 2005, que institui o Fundo Estadual de Incentivo à Cultura - FUNCULTURAL, o Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo - FUNTURISMO, e o Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte - FUNDESPORTE, no âmbito do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte - SEITEC, devolvido pelos Deputados Gilmar Knaesel, Valmir Comin e Manoel Mota, sem manifestações, após vista em gabinete, posto em discussão e votação o parecer do relator foi aprovado por unanimidade. A Deputada Luciane Carminatti relatou o PLC/0011.0/2012, que cria cargos no quadro de Pessoal do Poder Judiciário (Assessor Correccional), seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Vilson Elias Vieira, Chefe da Secretaria lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia.

Sala das Comissões, trinta de maio de dois mil e doze.

**Deputado MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIOS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
LIDERANÇA DO PP

**Ofício GLPP nº 026/12** Florianópolis (SC), 01 de junho de 2012.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado Gelson Merísio  
Presidente da ALESC  
Nesta

Senhor Presidente,

Com nossos cordiais cumprimentos, venho comunicar a V.Exa. que declino da suplência da Bancada do Partido Progressista, remanescente de licença temporária do deputado Silvio Dreveck, que se inicia na presente data.

Atenciosamente,  
Dieter Janssen

Lido no Expediente  
Sessão de 12/06/12

\*\*\* X X X \*\*\*

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA GERAL - SEG

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA

1. Processo n.: PCG-12/00175554

2. Assunto: Prestação de Contas do Governador - Exercício de 2011

3. Responsável: Joao Raimundo Colombo

4. Unidade Gestora: Governo do Estado

5. Unidade Técnica: DCE

6. Parecer Prévio n.: 0002/2012: Conclusão

CONCLUSÃO DA APRECIÇÃO, REALIZADA EM  
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 30/05/2012,  
DAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2011 PRESTADAS PELO  
GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSIDERANDO que o art. 59, I, da Constituição do Estado estabelece que compete ao Tribunal de Contas "apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador, as quais serão anexadas aos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, mediante parecer prévio que levará em consideração as contas dos três últimos exercícios financeiros e que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento";

CONSIDERANDO que as Contas referentes ao exercício de 2011 foram prestadas pelo Governador do Estado de Santa Catarina dentro do prazo constitucional (art. 71, IX, da Constituição Estadual);

CONSIDERANDO a análise realizada pela DCE, em especial pela Divisão de Contas Anuais do Governo deste Tribunal, acerca da gestão orçamentária, patrimonial e financeira havida no exercício, na qual ficou evidenciado que as peças e demonstrações contábeis integrantes das Contas Anuais do exercício de 2011, quanto à forma, no aspecto genérico, estão de acordo com os princípios e normas gerais de Direito Financeiro e de Contabilidade Pública, estabelecidos na Lei Federal n. 4.320/64 e na legislação federal e estadual vigentes, e, quanto ao conteúdo, de modo geral e até onde o exame pode ser realizado para emissão do parecer, representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Estado em 31 de dezembro de 2011, com as ressalvas e recomendações contidas neste Parecer Prévio;

CONSIDERANDO as informações complementares encaminhadas pelos Poderes e Órgãos, por solicitação deste Relator, e analisadas pela DCE, em especial pela Divisão de Contas Anuais do Governo;

CONSIDERANDO as contrarrazões apresentadas pelo Poder Executivo no exercício do contraditório, previsto no art. 78 do Regimento Interno do Tribunal de Contas;

CONSIDERANDO que as Contas apresentadas, referentes ao exercício de 2011, de modo geral, atenderam aos princípios norteadores da Administração Pública condizentes à legalidade e à legitimidade, excetuadas as falhas e deficiências anotadas;

CONSIDERANDO que as ressalvas e recomendações indicadas nesta deliberação, embora não impeçam a aprovação das Contas do Governo requerem a adoção das medidas saneadoras pertinentes;

CONSIDERANDO a manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, mediante o Parecer MPTC n.9710/2012 (arts. 108, II, da Lei Complementar n. 202/00 e 74 do Regimento Interno);

CONSIDERANDO que é da competência exclusiva da Assembleia Legislativa, conforme determina o art. 40, IX, da Constituição Estadual, julgar as contas prestadas anualmente pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado; e

CONSIDERANDO que a análise técnica e Parecer Prévio deste Tribunal sobre as Contas Anuais do exercício de 2011, prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, não obstatem nem condicionam o posterior julgamento pelo Tribunal de Contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes e Órgãos do Estado, bem como dos que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário, em consonância com os arts. 58, parágrafo único, e 59, II, da Constituição Estadual,

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, de acordo com o disposto nos arts. 1º, I, 47 e 49 da Lei Complementar (estadual) n. 202/00, emite a seguinte

**PROPOSTA DE PARECER PRÉVIO**

Pela emissão de Parecer Prévio propondo que sejam **APROVADAS** as contas do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina

referentes ao exercício financeiro de 2011, de responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Governador João Raimundo Colombo, sem prejuízo das ressalvas e recomendações a seguir especificadas:

#### **I - RESSALVAS:**

##### **I.1. Sistema de Controle Interno (SCI) - Poder Executivo Estadual**

O relatório do órgão central do Sistema de Controle Interno, que acompanha as contas anuais do Governador, não contém todos os elementos exigidos no art. 70 do Regimento Interno deste Tribunal, notadamente a descrição analítica das atividades dos órgãos e entidades do Poder Executivo e a execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e das executadas.

##### **I.2. Planejamento Orçamentário**

**I.2.1** Fixação de despesas em valores não exequíveis, caracterizando um planejamento orçamentário não condizente com a realidade orçamentária e financeira do Estado.

**I.2.2** Ausência de prioridade na execução das ações selecionadas pela sociedade catarinense nas audiências públicas organizadas pela ALESC e das ações consideradas como prioritárias na LDO.

##### **I.3. Cancelamento de despesas liquidadas**

Repetição e ampliação da ausência de controle sobre os cancelamentos de despesas liquidadas, que somente até novembro/2011 alcançaram a cifra de R\$ 699,42 milhões, contrariando a norma dos arts. 62 e 63 da Lei Federal n. 4.320/64.

##### **I.4. Defensoria Dativa**

Ausência de atualização da dívida para com a Defensoria Dativa desde 2009, ausência de prévio empenho e liquidação da despesa respectiva e classificação contábil indevida no passivo não financeiro.

##### **I.5. Fonte de recursos com elevado déficit financeiro**

Deficit financeiro de R\$ 309,49 milhões verificado na fonte 9999, de recursos extraorçamentários, repercutindo negativamente no resultado financeiro apresentado pelo Estado.

##### **I.6. Educação**

**I.6.1** Inclusão de gastos com os inativos da educação no cálculo das despesas com MDE, resultando no descumprimento do percentual mínimo de 25% das receitas resultantes de impostos e transferências, previsto no art. 212 da Constituição Federal.

**I.6.2** Reiterado e vultoso superávit no saldo da conta relativa aos recursos do salário-educação, com aplicação de apenas 68,90% dos valores arrecadados, fato que diante dos problemas no sistema educacional, demonstra inobservância do princípio da eficiência previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal.

**I.6.3** Descumprimento do art. 170, parágrafo único, da Constituição Estadual, com aplicação de 1,64% da base legal para fins de concessão de assistência financeira aos estudantes matriculados em instituições de ensino superior legalmente habilitadas a funcionar no Estado, quando o correto seria 5%.

**I.6.4** Reiterado e vultoso superávit nos recursos do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior - FUMDES, com aplicação de apenas 57,63% dos valores arrecadados, demonstrando inobservância do princípio da eficiência previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal.

**I.6.5** Deficiências na gestão do programa de merenda escolar sob a forma terceirizada, resultando na inobservância dos contratos firmados com as empresas prestadoras do serviço, no aumento de custos para o Estado e, possivelmente, em dano ao erário.

##### **I.7. Saúde**

Vultoso superávit na conta relativa aos recursos arrecadados através do programa Revigorar III, com aplicação de apenas 15,49% dos valores arrecadados em ações e serviços públicos de saúde.

##### **I.8. Contabilização dos recursos do SEITEC e FUNDOSOCIAL**

Contabilização da arrecadação dos recursos do SEITEC e FUNDOSOCIAL através de mecanismo que não identifica as receitas de natureza tributária, em prejuízo da base de cálculo considerada no cômputo dos gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino e ações e serviços públicos de saúde e, conseqüentemente, na respectiva aplicação de recursos.

##### **I.9. Retenção de recursos destinados as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE's)**

Retenção de recursos destinados às Associações e Pais e Amigos dos Excepcionais no valor de R\$ 18,07 milhões, em desacordo com o art. 8º, § 1º, da Lei (estadual) n. 13.334/05.

##### **I.10. IPREV**

Ocorrência de perda financeira estimada em R\$ 100 milhões no Instituto de Previdência - IPREV, em decorrência de reenquadramentos considerados inconstitucionais, fato que impede a realização de compensação entre os regimes de previdência.

##### **I.11. Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte - SOL**

Reiteradas inobservâncias, por parte da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte - SOL, de determinações e

recomendações relacionadas a solução de falhas especificamente relacionadas ao controle dos repasses efetuados para pessoas físicas e entidades privadas.

#### **II - RECOMENDAÇÕES**

##### **II.1. Sistema de Controle Interno (SCI) - Poder Executivo Estadual**

**II.1.1** Adotar providências para que o Sistema de Controle Interno obedeça ao princípio da segregação das funções, segundo o qual a execução e o controle devem ficar a cargo de órgãos distintos.

**II.1.2** Encaminhar o relatório do órgão central do Sistema de Controle Interno, que acompanha as contas anuais do Governador, com todos os elementos exigidos no art. 70 do Regimento Interno deste Tribunal.

##### **II.2. Planejamento Orçamentário**

**II.2.1** Realizar um planejamento orçamentário condizente com a realidade do Estado, mediante a elaboração dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos contendo metas exequíveis e estimativas de receita e despesa em valores compatíveis com os necessários para a realização dos projetos e atividades.

**II.2.2** Priorizar tanto as ações selecionadas pela sociedade catarinense nas audiências públicas do orçamento regionalizado organizadas pela ALESC quanto as ações consideradas como prioritárias na LDO.

##### **II.3. Cancelamento de despesas liquidadas**

Adotar providências, instituindo os necessários mecanismos de controle, para que não se repita o cancelamento de despesas liquidadas, conforme tem sido apontado pelo Tribunal desde o exercício de 2007, por afrontar a norma dos arts. 62 e 63 da Lei Federal n. 4.320/64.

##### **II.4. Defensoria Dativa**

Adotar providências para o registro correto e atualizado da dívida do Estado com a Defensoria Dativa.

##### **II.5. Descumprimento da "Lei da Transparência"**

**II.5.1** Adotar providências para aprimorar a informação sobre a despesa por função e subfunção no Portal da Transparência, cujo gestor é a Secretaria da Fazenda, a fim que se dê total cumprimento à Lei Complementar n. 131/09, regulamentada pelo Decreto Federal n. 7.185/10.

**II.5.2** Adotar providências para o efetivo cumprimento da Lei da Transparência pela ALESC, de forma que sejam disponibilizadas informações sobre despesas por função e subfunção, bem como as relativas a licitações e contratos, em total cumprimento à Lei Complementar n. 131/09, regulamentada pelo Decreto Federal n. 7.185/10.

##### **II.6. CODISC**

Apresentar medidas efetivas no sentido de que a liquidação da CODISC seja de uma vez por todas concluída.

##### **II.7. IAZPE**

Promover estudos fundamentados que demonstrem a viabilidade operacional, técnica e econômico-financeira da IAZPE, para que se reveja a conveniência de manter tal estrutura.

##### **II.8. BESCOR**

Promover a extinção da referida empresa ou apresentar estudos fundamentados que demonstrem a necessidade de manter tal estrutura.

##### **II.9. CODESC**

Apresentar a este Tribunal estudos fundamentados que demonstrem a conveniência de manter tal estrutura.

##### **II.10. Educação**

**II.10.1** Atender ao percentual mínimo de 25% das receitas resultantes de impostos e transferências com a realização de gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino livre dos gastos com os inativos da educação no cálculo do percentual.

**II.10.2** Utilizar o vultoso superávit no saldo da conta relativa aos recursos do salário-educação para atendimento das necessidades da educação básica estadual.

**II.10.3** Atender ao disposto no art. 170, parágrafo único, da Constituição Estadual, para fins de concessão de assistência financeira aos estudantes matriculados em instituições de ensino superior legalmente habilitadas a funcionar no Estado.

**II.10.4** Utilizar o vultoso superávit nos recursos do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior - FUMDES para atendimento das necessidades do ensino superior estadual.

##### **II.11. Saúde**

Utilizar o vultoso superávit na conta relativa aos recursos arrecadados através do programa Revigorar III para atendimento das necessidades da saúde estadual.

##### **II.12. Contabilização dos recursos do SEITEC e FUNDOSOCIAL**

Contabilizar a arrecadação dos recursos do SEITEC e FUNDOSOCIAL como receita de natureza tributária, de forma a não



causar diminuição da base de cálculo considerada no cômputo dos gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino e ações e serviços públicos de saúde.

### **II.13. Retenção de recursos destinados as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE's)**

Atender ao disposto art. 8º, § 1º, da Lei (estadual) n. 13.334/05 com vistas ao repasse dos recursos destinados às Associações e Pais e Amigos dos Excepcionais.

### **II.14. IPREV**

Rever os atos de enquadramento considerados inconstitucionais, medida esta já determinada através da Decisão n. 2.440/2008, exarada nos autos do Processo n. APE-06/00471942.

### **II.15. Ciência e Tecnologia**

Atender ao art. 26 da Lei (estadual) n. 14.328/2008, segundo o qual a aplicação dos recursos destinados a ciência e tecnologia deve ocorrer metade através da EPAGRI e a outra metade por intermédio da FAPESC.

### **II.16. Publicidade**

Promover a redução dos gastos com publicidade, em face do aumento de tais despesas no exercício de 2011 e, sobretudo, em razão dos problemas relacionados a queda de arrecadação decorrente da aprovação da Resolução n. 72 do Senado Federal.

### **II.17. Secretarias de Desenvolvimento Regional**

Reduzir consideravelmente a quantidade de Secretarias regionais para patamares condizentes com a sua necessidade gerencial ou apresentar demonstração cabal por meio de estudos técnicos, da necessidade da manutenção, em sua estrutura, das 36 (trinta e seis) Secretarias regionais existentes.

### **II.18. Fundo para a Infância e a Adolescência - FIA**

Utilizar os recursos alocados no orçamento de modo a garantir as crianças e adolescentes catarinenses, com prioridade, os direitos previstos no art. 227 da Constituição Federal,

### **II.19. Gastos com terceirização**

Reforçar os controles sobre as contratos de terceirização, de forma a reduzir as gastos aos montantes estritamente necessários e, sobretudo, que as terceirizações não representem o enfraquecimento do poder público na missão de prestar os serviços obrigatórios e indispensáveis à sociedade.

### **II.20. Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA**

Instrumentalizar o Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA com os recursos humanos indispensáveis ao cumprimento de suas finalidades, mediante a realização de concurso público.

### **II.21. Agenda Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC**

Adotar providências para que a AGESC desenvolva as ações necessárias ao cumprimento de suas finalidades estipuladas no art. 3º da Lei Estadual n. 13.533/05, especialmente para assegurar a prestação dos serviços públicos adequada, isto é, executados com regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia, nos termos do art. 89 da Lei Complementar (estadual) n. 381/07.

## **III - DETERMINAÇÕES**

**III.1.** A criação, por este Tribunal de Contas, de comissão com vistas à obtenção de indicadores que possam ser utilizados no exame dos gastos com ensino e também de outras áreas para as quais a percepção social aponta que a qualidade dos serviços públicos prestados não é boa, tais como saúde, infraestrutura e segurança pública.

**III.2.** Inclusão na programação de fiscalização deste Tribunal para o exercício de 2013 de auditoria de natureza operacional e também de regularidade sobre as Secretarias de Desenvolvimento Regional, caso não seja atendida a recomendação do item 11.17.

**III.3.** Inclusão na programação de fiscalização deste Tribunal para o exercício de 2013 de auditoria de natureza operacional com vistas à identificação de eventuais pontos de melhoria na atuação do Estado quanto a essa área, tendo em vista que restou evidenciada a baixa eficiência na cobrança destes créditos.

**III.4.** Não havendo, no Processo n. PMO-12/00067581, informação de restabelecimento até o final do presente exercício dos repasses as APAE's na forma do art. 8º, § 1º, da Lei (estadual) n. 13.334/2005, tem lugar a expedição, no Processo n. RLA-11/00392898, de determinação para que se cumpra o disposto no referido dispositivo legal, sob pena de multa, seguindo-se, se for o caso, a comunicação ao Ministério Público Estadual pela prática de improbidade administrativa, decorrente do exercício de ato diverso do previsto em lei (Lei n. 8.429/92, art. 11, I).

**III.5.** Instauração de processos de monitoramento das recomendações apontadas neste exame de contas que não constaram do Parecer Prévio das contas do exercício de 2010, sem prejuízo da continuidade dos já existentes, solicitando-se ao Poder Executivo Estadual que apresente "plano de ação" no prazo de 90 dias contados da data do recebimento da comunicação do Parecer Prévio, contendo a especificação das propostas para o atendimento das recomendações

constantes deste Parecer Prévio. A propósito, deve ser observado que a relatoria e acompanhamento dos processos de monitoramento devem estabelecer-se de forma itinerante, devendo ser repassada a cada ano ao Conselheiro responsável pelo exame das contas do Governador.

Plenário do TCE/SC, em 30 de maio de 2012

Conselheiro Cesar Filomeno Fontes

Conselheiro Luiz Roberto Herbst

Conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Junior - Relator

Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall

Conselheiro Heineus De Nadal

Conselheiro Julio Garcia

Conselheira Sabrina Nunes Locken (art. 86, caput, da LC n. 220/00)

Fui presente: Márcio de Sousa Rosa

Procurador-geral do Ministério Público junto ao TCE/SC e.e.

\*\*\* X X X \*\*\*

## PROJETOS DE LEI

### **PROJETO DE LEI Nº 205/12**

Proíbe a imposição de limite de tempo para a utilização de créditos ativados de telefones celulares pré-pagos.

Art. 1º Fica proibido às empresas operadoras de telefonia celular no Estado de Santa Catarina, estabelecer aos usuários de telefones celulares pré-pagos de limite de tempo para a utilização de créditos ativados por meio de pagamento.

Art. 2º O descumprimento da vedação prevista nesta Lei sujeitará as operadoras às sanções administrativas previstas no art. 56 do Código de Defesa do Consumidor, aplicáveis na forma de seus artigos 57 a 60, sem prejuízo de eventuais sanções de natureza civil, penal.

Art. 3º O efetivo cumprimento das disposições desta Lei será fiscalizado pelos órgãos e/ou entidades de proteção e defesa do consumidor.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 2012

Deputado Neodi Saretta

Lido no Expediente

Sessão de 12/06/12

### **JUSTIFICATIVA**

O presente projeto tem por escopo estabelecer regras de proteção ao consumidor, no que se refere à aquisição e utilização de créditos pré-pagos de telefonia celular móvel, de modo a tornar efetivos os princípios e as normas contidas Código de Proteção e Defesa do Consumidor. (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990)

O sistema de telefonia celular hoje no Brasil é uma realidade, suplantando o sistema de telefonia fixa em número de unidades, e seu aprimoramento passa pela implementação e expansão de suas redes, com a introdução de novas tecnologias, o que, entre outras coisas, universalizará o acesso a Internet em Banda Larga

No entanto, tal expansão proporcionada pelo aumento de consumidores, em que pese as regulamentações já propostas e o controle por meio de agências, geram quase que um monopólio dos serviços, que são prestado por poucas operadoras. Assim, essa situação de mercado tem sido usada para impor aos consumidores condições de comercialização desvantajosas, sendo o caso, da validade dos créditos pré-pagos de telefonia celular, os quais são vendidos com prazo limite de utilização.

Essa prática comercial é extremamente prejudicial para os consumidores, tendo em vista que os obriga a adquirir novos créditos com frequência, mesmo que não os estejam utilizando, para que possam continuar a usufruir o serviço oferecido pela operadora.

Nesse sentido, a justiça já vem se posicionando a respeito da lesividade ao consumidor dessa prática de comercialização de serviço de telefonia, e impondo a restituição dos créditos, porém carece a relação de uma normatização para que se possa resguardar de forma mais geral o direito do consumidor envolvido.

Sob o ponto de vista da constitucionalidade material, a proposição ajusta-se perfeitamente aos mandamentos insculpidos no inciso V do art. 170 da Constituição Federal, segundo o qual a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, dentre outros, o princípio da defesa do consumidor. Ademais, o inciso XXXII do art. 5º da mesma Carta prescreve que é dever do Estado promover a defesa do consumidor.

No tocante à constitucionalidade formal, tem-se que o projeto enquadra-se na competência legislativa do Estado nos termos dos incisos V e VIII do art. 24 da Constituição Federal, que atribuem competência concorrente à União, aos Estados e ao Distrito Federal e do artigo 10 Inciso V da Constituição Estadual, para legislar, respectivamente, sobre produção e consumo.

Com relação à iniciativa, é de se observar que as matérias relativas à defesa do consumidor não estão relacionadas entre as reservadas à iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo, conforme se depreende da análise do teor do § 2º do art. 50 da Constituição Estadual.

Em conclusão, tem-se que o presente projeto de lei é conveniente e oportuno, estando em perfeita sintonia com o interesse público, e do ponto de vista da juridicidade, ajusta-se perfeitamente às regras insculpidas nas Constituições Federal e Estadual.

Assim, em razão dos argumentos acima explanados, apresento o presente projeto de lei, contando desde logo, com a compreensão e anuência dos nobres deputados desta egrégia casa legislativa.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 206/12

Dispõe sobre a regulamentação da Pesca da Tainha com Caniço nos rios do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

Art. 1º - A pesca da Tainha com caniço nos rios do Estado de Santa Catarina será regida por esta Lei.

Art. 2º - Fica autorizada a pesca da Tainha (espécie *Mugil platanus*) com caniço nos rios do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Fica proibida a captura de Tainha para consumo e comercialização, nas águas dos rios do Estado de Santa Catarina, em desacordo com o estabelecido nesta Lei.

Parágrafo 1º: A Instrução Normativa nº 43, de 26 de julho de 2004 no artigo 1º, proíbe no exercício da pesca em águas continentais, o uso dos seguintes aparelhos e métodos:

1- redes de arrasto e de lance, de qualquer natureza;

II - redes de espera com malhas inferiores a 70 mm, entre ângulos opostos, medidas esticadas e cujo comprimento ultrapasse a 1/3 da largura do ambiente aquático, colocadas a menos de 200m das zonas de confluência de rios e corredeiras a uma distância inferior a 100 metros uma da outra;

III-tarrafas de qualquer tipo com malhas inferiores a 50 mm, medidas esticadas entre ângulos opostos;

IV - covos com malhas inferiores a 50 mm colocados a distância inferior a 200 metros, das cachoeiras, corredeiras, confluência de rios e lagoas;

V - fisga e garatêia;

VI - espinhel, cujo comprimento ultrapasse a 1/3 da largura do ambiente aquático e que seja provido de anzóis que possibilitem a captura de espécies imaturas;

VII - rede eletrônica ou quaisquer aparelhos que, através de impulsos elétricos, possam impedir a livre movimentação do peixe, possibilitando sua captura;

VIII - explosivos ou substâncias que, em contato com a água produzam efeitos

semelhantes;

IX - substâncias tóxicas;

XI - sonoro;

XII-luminoso.

Parágrafo 2º: De acordo com a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, entende-se por águas continentais os rios, ribeirões, lagos, lagoas, açudes ou quaisquer depósitos de água doce, naturais ou artificiais e os canais que não tenham ligação com o mar.

Art. 4º - Ficam permitidas cinco modalidades de pesca, a saber:

I - científica;

II - amadora;

III - esportiva;

IV - artesanal

V - profissional.

Art. 5º - Para os efeitos desta Lei considera-se:

I - pesca científica - a praticada exclusivamente com fins científicos e de pesquisas, por instituições ou pessoas físicas qualificadas para tal fim;

II - pesca amadora - a praticada unicamente por lazer, podendo ser exercida de forma embarcada ou desembarcada, com a utilização de vara simples, caniço, molinete ou carretilha e similares, iscas naturais ou artificiais;

III - pesca esportiva - a praticada com fins de lazer e esporte, distinguindo-se da amadora pelo sistema "pesque e solte".

IV - pesca artesanal - a praticada com fins de subsistência, por pescadores ribeirinhos, de forma embarcada ou desembarcada com a utilização de vara simples, caniço, molinete ou carretilha, iscas naturais ou artificiais;

V - pesca profissional - a praticada por pescadores comerciais que fazem da atividade pesqueira extrativista seu principal meio de vida.

Art. 6º - Fica instituído o licenciamento das atividades da pesca da Tainha nos rios do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único: A Fundação de Meio Ambiente - FATMA implantará, atualizará os referidos cadastros e emitirá o licenciamento, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 7º - Ficam sujeitos ao prévio licenciamento:

I - a pesca permitida, nas modalidades do artigo 4º e 5º.

II - o transporte e comercialização do pescado.

Parágrafo primeiro: No licenciamento da pesca científica deverão constar observações e restrições no tocante à captura e remoção dos exemplares, que será procedida com a presença e monitoramento de técnicos da FATMA, ficando autorizado, neste caso, o uso de redes e tarrafas ou qualquer outro aparelho de malha.

Parágrafo segundo: O licenciamento da pesca, transporte e comercialização do pescado serão efetivados pela Fundação de Meio Ambiente - FATMA, através de procedimentos visando à proteção da fauna aquática.

Parágrafo terceiro: Em hipótese alguma deverá ser emitido licenciamento nas situações previstas no artigo 12º.

Art.8º - Somente será permitida a captura e transporte do pescado respeitando-se as quantidades e respectivas medidas mínimas estabelecidas em normas federais.

Parágrafo único: Em situações críticas que possam comprometer os estoques pesqueiros de microrregiões, poderá a FATMA reduzir o limite de captura até que a situação se normalize.

Art. 9º - Será permitido aos pescadores amadores um limite de captura e transporte de até 10 Kg (dez quilos) de tainha, mais um exemplar de cada espécie, respeitando os tamanhos mínimos de captura estabelecidos pela Portaria do IBAMA nº 30/2003.

Parágrafo 1º- Para fins do disposto no *caput*, os exemplares capturados deverão observar as medidas mínimas abaixo estabelecidas pela Portaria do IBAMA nº 53/2005 que é de 35 (trinta e cinco) centímetros.

Parágrafo 2º- As medidas acima compreendem a conformação física da cabeça à nadadeira caudal do peixe capturado e/ou transportado.

Art. 10º - Os pescadores profissionais não estão sujeitos aos limites de peso e quantidade previstos nesta Lei, devendo seguir a legislação federal.

Art. 11º - Nas atividades da pesca a que se refere esta lei, deve-se assegurar a manutenção do ecossistema local e do equilíbrio ecológico, observados os seguintes princípios:

I - a preservação e a conservação da mata ciliar;

II - o cumprimento da função social e econômica da pesca;

III - a exploração racional dos recursos pesqueiros.

Art. 12º - Fica proibido em todo território do Estado de Santa Catarina qualquer tipo de atividade considerada pesca predatória.

Parágrafo 1º - Considera-se pesca predatória, a praticada:

I - nos lugares e épocas interdidas por atos administrativos da FATMA, especialmente na época do defeso que se inicia no mês de maio e vai até o mês de julho;

II - envolvendo as espécies ameaçadas de extinção, assim consideradas pelos órgãos ambientais competentes;

IV - com petrechos e métodos não permitidos, tais como:

a) armadilhas com aparelhos fixos ou móveis;

b) com redes, tarrafas, tapumes, espinhéis, fisgas, lambada, ganchos, covos, tarrafão, bóias, e outros;

c) qualquer outro aparelho de malha;

d) substâncias explosivas;

e) substâncias tóxicas ou qualquer outra substância que, em contato com a água, possa produzir efeitos semelhantes; e

f) a 500m (quinhentos metros) a montante e a jusante de barragens, cachoeiras, escadas de peixes ou das embocaduras das baías.

Parágrafo 2º - Os pescadores profissionais cuja atividade é regulamentada pela União, têm sua atividade laborativa preservada, desde que não utilizem os petrechos, técnicas e métodos proibidos, previstos nesta Lei.

Art. 13º- A violação dos dispositivos desta Lei constitui infração administrativa ambiental

punida com multa a ser determinada pelo órgão competente, sujeitando o infrator às demais sanções cíveis e penais.

Parágrafo 1º: O valor da multa será atualizado anualmente, no mês de janeiro, com base na taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, ou outra unidade fiscal que eventualmente a substitua.

Parágrafo 2º: Os materiais de pesca considerados predatórios tornam-se, a partir da vigência desta lei, dentro do território catarinense, produtos controlados pela FATMA, sob a supervisão da Secretaria da Agricultura e Pesca.

Art.14º - A fiscalização da atividade pesqueira da Tainha nos rios do Estado de Santa Catarina, será exercida pelo órgão oficial ou qualquer pessoa do povo ou entidades conveniadas, compreenderá as fases de captura, extração, coleta, transporte, conservação, armazenamento, transformação, beneficiamento e industrialização e, estando em

desacordo com os dispositivos desta lei, implicará na apreensão de todo o pescado e materiais de pesca, incluindo embarcações e motores utilizados.

Art. 15º - Durante o transporte, nos mesmos limites territoriais do município, a fiscalização averiguará a quantidade máxima e o tamanho mínimo das espécies capturadas.

Art. 16º - O Estado de Santa Catarina, através de seus órgãos competentes está autorizado a firmar convênios com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, Polícia Ambiental, organizações não governamentais e entidades ambientais, visando à fiscalização da atividade da pesca da Tainha nos rios do Estado de Santa Catarina.

Art. 17º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manoel Mota  
Deputado Estadual

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/12*

#### JUSTIFICAÇÃO

Estou encaminhando a essa Insigne Casa de Leis, para que seja devidamente apreciado pelos meus nobres pares, o presente projeto de lei que regulamenta a pesca da Tainha com caniço nas águas dos rios do Estado de Santa Catarina.

É de conhecimento público e notório que nosso Estado possui um imenso potencial pesqueiro, tendo em vista que é cercado por diversos rios, como por exemplo: o Rio Araranguá entre outros.

A questão ambiental está em alta e deve ser preocupação de todos os brasileiros, em especial, cabe aos agentes políticos traçar diretrizes básicas, não só em âmbito nacional, mas em especial no âmbito estadual, afim de que o Meio Ambiente seja preservado.

Estou fazendo minha parte no presente projeto em respeito à Natureza.

Trago diretrizes básicas para a regulamentação da atividade da pesca da Tainha com caniço em nosso Estado com medidas mínimas, quantidades de peixes e proibição de práticas predatórias, enfim, mecanismos para que este recurso natural possa ser utilizado com racionalidade, divertindo e alimentando as pessoas sem que o Meio Ambiente seja prejudicado.

Dessa forma, espero contar com o apoio de meus Pares para a aprovação desta importante proposta legislativa de interesse público.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 207/12

Denomina Professora Carmem Antonia Balbinot Pelizza a Escola de Ensino Médio Integral da Rede Estadual de Ensino, no município de Chapecó.

Art. 1º Fica denominada Professora Carmem Antonia Balbinot Pelizza a Escola de Ensino Médio Integral da Rede Estadual de Ensino, a ser edificada no município de Chapecó.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,  
Deputado Gelson Merisio

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/12*

#### JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração de Vossas Excelências, Projeto de Lei que visa denominar Professora Carmem Antonia Balbinot Pelizza a Escola de Ensino Médio Integral da Rede Estadual de Ensino, no município de Chapecó.

A professora Carmem Antonia Balbinot Pelizza faleceu no dia 30 de maio de 2010, em trágico acidente, tendo deixado uma lacuna no magistério público estadual catarinense, especialmente de Chapecó.

Pautou sua vida profissional pela busca incansável na melhoria da qualidade de vida das pessoas com quem convivia, por meio de práticas educativas transformadoras, capazes de enobrecer o espírito, fortalecendo a alma e produzindo reflexos positivos na formação do caráter e na condução de projetos de vida.

A filosofia de vida e as ações da professora Carmem Pelliza, praticadas na sua plenitude, com idealismo e convicção, são reconhecidas de forma profunda e incontestável pela sociedade chapecoense e pela comunidade escolar, fruto do trabalho e da dedicação ao magistério e a educação.

A sociedade e a comunidade escolar chapecoense solicitam aos representantes do povo catarinense que viabilizem instrumento legal denominando Professora Carmem Antonia Balbinot Pelizza a Escola de Ensino Médio Integral da Rede Estadual de Ensino, no município de Chapecó, razão pela qual peço acolhimento da presente proposição que ora submeto à apreciação e aprovação dos nobres Deputados.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 208/12

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária e Recreativa de Garuva.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária e Recreativa de Garuva, com sede no município de Garuva.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens de legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;  
II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de

Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões  
Deputado Darci de Matos

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/12*

#### JUSTIFICATIVA

A Associação Comunitária e Recreativa de Garuva, com sede no município de Garuva, é uma associação civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade geral destinar os esforços de todo o grupo em difundir o esporte, a cultura e o lazer como um todo no município de Garuva, oferecendo oportunidades da prática desportiva às crianças, jovens, adultos e à terceira idade, o que pode ser observado por meio do Estatuto Social que acompanha o presente projeto de lei.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres colegas para a aprovação da presente proposição, para que a entidade possa usufruir dos direitos e vantagens da legislação vigente.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 209/12

Declara de utilidade pública a Associação Pró-Solidariedade e Vida Bom Pastor.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Pró-Solidariedade e Vida Bom Pastor.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões  
Deputado Jean Kuhlmann

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/12*

#### JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei que visa declarar de utilidade pública a Associação Pró-Solidariedade e Vida Bom Pastor.

A presente entidade presta serviços de natureza relevante e notório caráter social.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados o presente projeto de lei.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 210/12

Os estabelecimentos comerciais no ramo da gastronomia, as margens das praias do litoral catarinense e as margens de rios ou lagoas, disponibilizarão contêineres de lixo, nas cores azul; vermelho; verde; amarelo e marrom.

Art. 1º Os estabelecimentos comerciais no ramo da gastronomia, as margens das praias do litoral catarinense e as margens de rios e lagoas, disponibilizarão contêineres de lixo, com capacidade de cem litros cada, nas cores: azul, vermelho, verde, amarelo e marrom.

§ 1º Próximas às lixeiras serão colocadas identificações apropriadas, com código lingüístico adequado aos deficientes visuais.

§ 2º As lixeiras coloridas deverão ficar dispostas uma ao lado da outra de maneira acessível, formando conjuntos de acordo com os tipos de resíduos e seguindo os padrões de cores que segue, conforme Resolução CONAMA nº 275 de 25 de abril 2001:

I - azul: papel/papelão;

II - vermelho: plástico;

III - verde: vidro;

IV - amarelo: metal, e

V - marrom: resíduos orgânicos.

§ 3º Para efeitos desta Lei, entende-se como margem:

I - os estabelecimentos comerciais com distância de até 1 km do curso d'água do mar, e

II - os estabelecimentos comerciais com distância de 200 metros do curso d'água dos rios ou lagoas.

Art. 2º Esta Lei não isenta os estabelecimentos comerciais das obrigações das legislações vigentes nas esferas federal, estadual ou municipais.

Art. 3º O Poder executivo, no prazo de noventa dias, regulamentará a presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jailson Lima

1º Secretário/ALESC

*Lido no Expediente*

*Sessão de 12/06/12*

#### JUSTIFICATIVA

Nossas praias precisam de cuidados e atenção, a poluição é a cada dia mais preocupante, no verão, aumenta consideravelmente a população litorânea, os resíduos são inevitáveis e precisamos colaborar na condição de preservar, mas hoje não podemos pensar em lixo sem reciclagem.

A partir da década de 1980, a produção de embalagens e produtos descartáveis aumentou significativamente, assim como a produção de lixo, principalmente nos países desenvolvidos. Muitos governos e ONGs estão cobrando de empresas posturas responsáveis: o crescimento econômico deve estar aliado à preservação do meio ambiente. Atividades como campanhas de coleta seletiva de lixo e reciclagem de alumínio e papel, já são comuns em várias partes do mundo.

Um outro benefício da reciclagem é a quantidade de empregos que ela tem gerado nas grandes cidades. Muitos desempregados estão buscando trabalho neste setor e conseguindo renda para manterem suas famílias. Cooperativas de catadores de papel e alumínio já são uma boa realidade nos centros urbanos do Brasil.

Muitos materiais como, por exemplo, o alumínio pode ser reciclado com um nível de reaproveitamento de quase 100%. Derretido, ele retorna para as linhas de produção das indústrias de embalagens, reduzindo os custos para as empresas.

A reciclagem apresenta-se como uma solução viável economicamente, além de ser ambientalmente correta. Nas escolas, muitos alunos são orientados pelos professores a separarem o lixo em suas residências. Outro dado interessante é que já é comum nos grandes condomínios a reciclagem do lixo.

Assim como nas cidades, na zona rural a reciclagem também acontece. O lixo orgânico é utilizado na fabricação de adubo orgânico para ser utilizado na agricultura.

Como podemos observar, se o homem souber utilizar os recursos da natureza, poderemos ter, muito em breve, um mundo mais limpo e mais desenvolvido.

A Constituição Federal determina a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas (art. 23, inciso VI, CF). Já o art. 225 da Carta Magna, nos revela que: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações."

A Lei federal 12.305, de 02 de agosto de 2010, que constitui a Política Nacional de Resíduos Sólidos criou o termo "responsabilidade compartilhada" na legislação brasileira, tendo como objetivo responsabilizar todos, sociedade, empresas, prefeituras e governos estadual e federal, na gestão dos resíduos sólidos. Estabelece ainda que as pessoas terão que acondicionar de forma adequada o lixo, para recolhimento do mesmo, fazendo a separação onde houver coleta seletiva.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 211/12

Dispõe sobre o sistema de bilhetagem eletrônica no serviço público de transporte coletivo de passageiros e dá outras providências.

Art. 1º As concessionárias que utilizam o sistema de bilhetagem eletrônica, creditarão no cartão o valor correspondente em passagem, ficando proibido o crédito em valor monetário.

Parágrafo único. Entende-se como Bilhetagem Eletrônica a cobrança automática do preço da respectiva passagem, por meio do uso de cartão inteligente sem contato para o controle do acesso do passageiro e a liberação das catracas eletromecânicas dos ônibus, das estações e dos demais pontos de transferência ou transbordo dotados de infraestrutura para o pré-embarque

Art. 2º O poder Executivo, no prazo de noventa dias, regulamentará a presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jailson Lima

1º Secretário/ALESC

*Lido no Expediente*

*Sessão de 12/06/12*

#### JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Deputados, o Sistema de Bilhetagem Eletrônica é um conceito utilizado no transporte público em algumas cidades.

Creditado em valor monetário em cartão apropriado de crédito, os usuários do sistema de Bilhetagem Eletrônica ficam prejudicados em caso de reajuste do transporte, assim a presente proposição tem o objetivo de ajustar o inteligente sistema, não onerando o usuário em caso de reajuste das passagens.

Com a bilhetagem eletrônica é possível agregar vários outros benefícios além da vantagem principal de não utilizar dinheiro no pagamento das tarifas, como a criação redes de integrações que permitem ao usuário do sistema fazer várias viagens pela rede de transportes (ou mesmo entre redes distintas) porém pagando um valor reduzido que o valor de cada uma das passagens durante o seu deslocamento.

Melhor gerenciamento na administração das empresas, pois o sistema de bilhetagem gera relatórios onde o gestor do sistema de transporte poderá identificar a necessidade de fazer ajustes, como o incremento do número de veículos circulando numa linha.

Pelo exposto, e considerando os benefícios as empresas e aos usuários do Sistema de Bilhetagem Eletrônica, levo a consideração de Vossas Excelências esperando acolhimento ao presente Projeto de Lei.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 212/12

Declara de utilidade pública a Associação Amigos do Rio Uruguai e Afluentes de Mondaiá-AARUM, com sede no município de Mondaiá.

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Amigos do Rio Uruguai e Afluentes de Mondaiá, com sede no município de Mondaiá.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Mauricio Eskudlark

*Lido no Expediente*

*Sessão de //00*

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por escopo reconhecer a Utilidade Pública Estadual da Associação em destaque, e sem fins lucrativos, tendo em vista os relevantes serviços prestados à comunidade, em especial desenvolvendo programas de proteção ao meio ambiente, através de projetos ecológicos, conscientizar a preservação, recuperação e a exploração dos recursos naturais, promover campanhas educativas de preservação ambiental, cooperar no repovoamento dos rios, com espécies da região e fiscalizar todas as formas de agressão ao ambiente conforme a legislação federal, estadual e municipal.

Por esta razão, a exemplo do reconhecimento de sua utilidade pública pelo Poder Público municipal, deve este Parlamento igualmente reconhecê-la, assegurando à entidade todos os direitos e benefícios decorrentes da legislação afim.

Para fins de instrução da presente proposição, segue anexa a documentação exigida pela legislação estadual, nos termos da Lei 14.182, de 1º de novembro de 2007.

\*\*\* X X X \*\*\*